

MESTRADO EM HISTÓRIA, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COOPERAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COOPERAÇÃO

O contributo do Museu da Língua Portuguesa para a Lusofonia à luz de uma breve análise histórica da comunidade lusófona

Diogo Jorge

2024



Diogo Jorge

O contributo do Museu da Língua Portuguesa para a Lusofonia à luz de uma breve análise histórica da comunidade lusófona

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação, orientada pela Professora Doutora Helena Carlota Ribeiro Vilaça e pelo Professor Miguel Filipe Vilela de Oliveira Pinto Silva

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2024

Índice

Declaração de honra	5
Resumo.....	6
Abstract	7
Índice de Figuras	8
Índice de Tabelas.....	9
Introdução.....	10
1.Enquadramento teórico	14
1.1. Cultura e desenvolvimento	14
1.2. Cooperação Internacional para o Desenvolvimento.....	16
1.3. Organizações Internacionais	18
1.4. Lusofonia	20
2.Contextualização histórica da comunidade Lusófona	27
2.1. O desmembramento progressivo do Império Português, do século XIX ao século XX	27
2.2. A ordem mundial pós-1945 e os antecedentes da descolonização da África lusófona	29
2.3. A descolonização da África lusófona no contexto da Guerra Fria.....	34
2.3.1. A reação brasileira à descolonização da África lusófona.....	39
2.4. A década de 1980 para os países lusófonos na Europa, América e África	42
2.4.1. Angola	42
2.4.2. Moçambique.....	44
2.4.3. Cabo Verde e Guiné-Bissau.....	45
2.4.4. São Tomé e Príncipe	46
2.4.5. Portugal.....	47
2.4.6. Brasil	48
2.5. A integração dos países lusófonos no contexto político a partir do final do Século XX.....	50
3.A Lusofonia como um património plural compartilhado	57
3.1. A Comunidade dos Países de língua portuguesa.....	59
3.2. Os caminhos mais recentes da Lusofonia	66
4.A Agenda 2030	68
4.1. Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11.4: Proteção do património cultural e natural mundial para Cidades e Comunidades Sustentáveis	71

5.Estudo de caso: O Museu da Língua Portuguesa	74
5.1. O Plano Museológico do Museu da Língua Portuguesa e a sua estrutura.....	75
Considerações Finais	85
Referências Bibliográficas	89

Declaração de honra

Declaro que a presente dissertação é de minha autoria e não foi utilizada previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (textos, trabalhos, ideias) respeitam escrupulosamente as regras de atribuição de autoria e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Declaro, ainda, não utilizei ferramentas de inteligência artificial generativa (chatbots baseados em grandes modelos de linguagem) para realização da presente dissertação.

Porto, 15 de setembro de 2024

Diogo Jorge

Resumo

A compreensão do estado atual da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento reflete as mudanças criadas por um ambiente globalizado e potencialmente multipolar. Ao mesmo tempo em que as comunidades estão fortemente vinculadas e conectadas, apresentam-se discursos relativos à individualidade vocacional de cada população.

No contexto dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, a convergência de intenções para o planeta mostra-se especialmente desafiadora nas Organizações Internacionais. Na mesma conjuntura, este trabalho aborda as peculiaridades referentes ao assunto para os países lusófonos.

Dentre os aspetos abordados no estudo, a dissertação ilustra o papel do Museu da Língua Portuguesa como dispositivo de promoção do idioma, a sua ligação à missão da Comunidade de Países de Língua Portuguesa e o seu papel em consonância com a Agenda 2030.

Palavras-chave: Lusofonia, Museu da Língua Portuguesa, CPLP, Cooperação Internacional para o Desenvolvimento.

Abstract

The comprehension of the current status of International Cooperation for Development reflects the changes created by a globalized and potentially multipolar world. At the same time that communities are strongly linked and connected, discourses regarding the vocational individuality of each population are presented.

In the context of the Sustainable Development Goals, the convergence of intentions for the planet is especially challenging in International Organizations. In the same context, this study addresses the peculiarities related to the subject for Portuguese-speaking countries.

Among the aspects addressed in the study, the dissertation illustrates the role of the Museum of the Portuguese Language (Museu da Língua Portuguesa) as a tool for promoting the language, its connection to the mission of the Community of Portuguese Language Countries and its role in conformity with the 2030 Agenda for Sustainable Development.

Key-words: Lusophony, Museum of the Portuguese Language, CPLP, International Cooperation for Development.

Índice de Figuras

FIGURA 1- Os 5 EIXOS E OS ODS DA AGENDA 2030.....	69
FIGURA 2- MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA	79
FIGURA 3 - MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA.....	80
FIGURA 4 - MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA.....	80
FIGURA 5 - MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA.....	81
FIGURA 6 - MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA	81
FIGURA 7 - MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA.....	82
FIGURA 8 - MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA.....	82
FIGURA 9 - MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA.....	83
FIGURA 10- MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA	84
FIGURA 11- MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA	84

Índice de Tabelas

TABELA 1 – REUNIÕES MINISTERIAIS SETORIAIS DA CPLP, 2002-2015	62
TABELA 2 – MARCOS DA COOPERAÇÃO DA CPLP (1996-2019)	64

Introdução

A. Justificação do tema

No contexto da Cooperação Internacional, esta dissertação procura estudar as potencialidades e vulnerabilidades da comunidade lusófona entre os seus integrantes. É analisada a figura da Lusofonia como elemento agregador entre os Estados-membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a sua relevância como motor de desenvolvimento à luz da sua formação histórica, atuação e alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas. Traz-se ao debate a relevância do contributo de uma instituição de promoção da língua portuguesa, o Museu da Língua Portuguesa, como ilustração dos esforços de promoção, preservação e estudo não só da língua, como também da cultura lusófona para além das fronteiras de cada Estado.

Num cenário global em que existem múltiplas Organizações Internacionais em torno da Cooperação, pretende-se analisar a relevância da Lusofonia dentro da CPLP e se esta reflete orientações comuns de Estados organizados em outras instituições regionais económicas e culturais. Estando a língua portuguesa e, consequentemente, a Lusofonia presente em variadas e complexas realidades, levanta-se o questionamento sobre a possibilidade de conflitos de interesses entre a ideia de uma comunidade entre os seus membros e as suas demais associações fora do âmbito lusófono.

Considera-se relevante porque agrega discussões sobre a Lusofonia, o processo histórico de construção da comunidade lusófona e debate as narrativas acerca da sua efetividade entre diferentes atores do Sistema Internacional.

B. Problemática

O desenvolvimento global tem sido tema recorrente em fóruns internacionais desde, pelo menos, meados do século XX. Se o crescimento económico apresentou-se como uma das principais preocupações geopolíticas no início do último século no campo do

progresso, a necessidade do seu planeamento e a delimitação dos seus limites passaram a ser debatidos após a ordem mundial decorrente de eventos como a II Grande Guerra, a onda final da descolonização europeia em África e Ásia e o final da Guerra Fria.

No intuito de se argumentarem os caminhos do desenvolvimento, apresentaram-se preocupações acerca das limitações dos recursos naturais do planeta. O enquadramento do viés económico do desenvolvimento passou a ser teorizado e os atores do Sistema Internacional passaram a envolver-se cada vez mais no conceito que se desdobraria na idealização atual de Sustentabilidade.

No contexto do Desenvolvimento Sustentável, uma série de acontecimentos passou a reunir líderes de Estado e de Governo em torno do que se consolidou como a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas. Através dela passaram a ser debatidas as principais propostas mundiais e recomendações para se atingir a Sustentabilidade do progresso.

Dentro da conjuntura da ordem mundial vigente, com a existência das mais variadas Organizações Internacionais, vê-se a evidência da divisão do planeta em blocos. Seja por afinidades ideológicas, regionais, económicas ou sociais, os países encontram-se cada vez mais reunidos em grupos dentro do Sistema Internacional e, inevitavelmente, a discussão acerca da finitude de recursos do planeta e a Sustentabilidade tendem a fazer parte das suas discussões.

C. Objetivos

No contexto da Agenda 2030, da multipolaridade ou do agrupamento internacional por afinidades e vocações, este trabalho terá como foco observar parte do debate dentro do que está estabelecido como o mundo lusófono, observando-se a existência de uma cultura partilhada e o seu contributo para os países cuja língua portuguesa seja oficial ou dominante.

Conforme sublinha Albuquerque (2022), a língua portuguesa tem visibilidade internacional dada a quantidade de falantes em zonas de diferentes destaques no

mundo, o que gera a necessidade de haver uma discussão sobre a sua internacionalização. Para além do idioma em si, argumenta-se a existência de uma cultura em comum entre os países lusófonos e como tais afinidades poderiam contribuir na integração em prol do Desenvolvimento Sustentável.

Com esse escopo, este trabalho procura responder à seguinte questão: no contexto da Agenda 2030, em que medida as comunidades lusófonas convergem na manutenção de uma cultura partilhada de maneira institucional para a cooperação e desenvolvimento?

Com o propósito de atingir o objetivo principal e compreender melhor a questão, procura-se estipular os seguintes objetivos específicos:

- 1) Caracterizar o conceito de Lusofonia e cultura partilhada entre as comunidades lusófonas através da sua criação histórica;
- 2) Identificar a atuação institucional da Comunidade de Países de Língua Portuguesa como Organização Internacional de Cooperação para o Desenvolvimento;
- 3) Observar a atuação do Museu da Língua Portuguesa como ferramenta de promoção da língua e cultura lusófona no contexto do Desenvolvimento Sustentável.

D. Metodologia

A elaboração deste trabalho baseia-se, inicialmente, na construção dos conceitos referentes aos objetos de estudo. Pretende-se criar um caminho pedagógico que leve o leitor a compreender algumas definições do campo da História, Relações Internacionais e Cooperação para a análise da pertinência da Lusofonia e da Sustentabilidade nesse contexto.

Através de leituras exploratórias de fontes secundárias acerca dos referidos temas (maioritariamente artigos científicos) e de fontes primárias, sobretudo no que se refere à atuação da CPLP e do Museu da Língua Portuguesa e à institucionalidade da Agenda 2030, procura-se chegar a uma conclusão, assentada no método qualitativo, que responda aos objetivos propostos na secção anterior.

Do ponto de vista da diversidade de fontes, procura-se recorrer a trabalhos de diferentes academias e espaços de estudo dentro dos países que têm a Lusofonia como assunto de interesse, a fim de que se procure obter análises que reúnam pontos de observação distintos.

Esta dissertação pretende, em última análise, reunir de maneira concisa os temas apresentados, a partir da sua construção histórica, e propor uma reflexão sobre a sua correlação, de forma a contribuir para as leituras existentes acerca da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento no espaço lusófono.

1. Enquadramento teórico

1.1. Cultura e desenvolvimento

Os estudos acerca de desenvolvimento e cultura envolvem a atenção à construção de conceitos que podem ser vistos de maneira plural e não consensual. Burity (2007) aponta que a própria definição dos termos pressupõe distintos lugares de observação.

“Numa representação bem clássica, as Ciências Sociais e a História têm associado a cultura à idéia do lugar, daquele espaço vivencial onde uma certa forma de vida é experimentada, construída, transformada. Um outro sentido (...) é na valorização (...) do tema da cultura ou das virtualidades da cultura na imaginação social da mudança e dos problemas colocados pelo contexto global contemporâneo” (Burity, 2007, p. 52).

O autor apresenta a cultura como um conceito que reúne as experiências de determinado grupo social, a sua construção e a sua singularidade e que, portanto, não deveria estar sujeita a relações de dominância ou cosmopolitismo tendo por base outros referenciais que não os seus próprios.

De um ponto de vista antropológico, Bayardo (2007) traz a noção de cultura como “la totalidad de los modos de vida, como las distintas formas de vivir juntos, en relación con nociones previas de herencia social y de integración social” (Bayardo, 2007, p. 69). Para a sua leitura, o autor entende como algo primordial interpretar que as experiências singulares de cada cultura determinam a maneira como se controla a natureza, o meio ambiente e a sua própria subjetividade de autocontrole.

Se, por um lado, o que é classificado como o “lugar da cultura” envolve valores, direitos, projetos, imaginações do social e singularidade do processo de desenvolvimento, por outro, a conceituação de desenvolvimento também envolve o ponto de vista sobre o qual se observa a questão.

Burity (2007) salienta, ainda, que o conceito de desenvolvimento, inicialmente compreendido como progresso no século XIX, historicamente foi fundado através do imaginário de um modelo social europeu-ocidental que determinou as bases da contemporaneidade, edificado sobre uma lógica de um mundo construído no encontro do avanço industrial e da empresa colonial. O estabelecimento desse conceito teria sido o que fundamentou a ideia de desenvolvimento que se teve entre os anos de 1930 e 1940. O caráter prescritivo do desenvolvimento teria pautado o lugar de pertencimento de quais eram as sociedades desenvolvidas e o futuro daquelas consideradas não desenvolvidas.

Loiola e Miguez (2007) relacionam o conceito de desenvolvimento ao cenário de reconstrução europeia pós-II Grande Guerra. Os autores enfatizam que a experiência do período de recuperação do continente constituiu, para fóruns intergovernamentais, um modelo a ser aplicado aos países periféricos como paradigma de crescimento. A aplicação do mesmo padrão, no entanto, ver-se-ia mais complexa e plural fora da realidade europeia.

Para Burity (2007), a noção de desenvolvimento cunhada pela cultura e desenhada desde o século XIX foi determinante para classificar o mundo entre desenvolvidos e subdesenvolvidos durante a Guerra Fria. É importante levar em conta a construção desse modelo para se compreender a noção de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e o surgimento das Organizações Internacionais ao longo da história recente. Deve-se observar que os conceitos estão diretamente ligados à construção da ideia imaginada dos referenciais de desenvolvimento na realidade contemporânea.

Burity faz uma ressalva às últimas décadas do século XX, especialmente a partir da segunda metade da década de 1970, período em que o consenso acerca de modelos de desenvolvimento passou a ser revisto, sobretudo no que idealiza o progresso como desenvolvimento económico por si só. O autor aponta que o início do século XXI é marcado pela valorização, ainda que superficial, de modelos de desenvolvimento que não observem somente a via económica.

1.2. Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

No que tange à sua conceituação, é ponto assente que a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) surge como proposta no período pós-Guerra. Como aponta Azi (2009), ainda que o tema da Cooperação por si só já tenha aparecido nas reflexões gregas da Antiguidade e debatidas por Maquiavel e Hobbes no Renascimento, o conceito atual da CID ter-se-ia tornado instrumento de promoção das Relações Internacionais efetivamente após a II Grande Guerra.

Para definir Cooperação numa esfera geral, Amorim e Arcos (2023) salientam que é necessário existir, ao menos, dois atores que tenham algum tipo de objetivo compartilhado. Os autores ressaltam, ainda, que a eficiência e a sobrevivência da Cooperação dependem do ambiente em que os atores estejam envolvidos.

“Para a sobrevivência da cooperação, fazem-se necessários dois processos que são interrelacionados e interdependentes, ou seja, a relação do sistema de cooperação com o todo, em relação ao ambiente cooperativo em que está inserida, e a relação de criação e distribuição de satisfações entre indivíduos” (Amorim e Arcos, 2023, p. 69).

No que se refere à CID, Mello e Sousa (2014) sublinha que as suas origens remontam ao Plano Marshall e a um Sistema Internacional composto pela divisão do mundo entre os países capitalistas, países socialistas e o conjunto de países do que se tornou conhecido como o “terceiro mundo”, formado maioritariamente por Estados que passavam por um contexto de descolonização e frequentemente dependiam de ajuda externa para compor as suas economias.

“A partir dos anos 1960, os países-membros do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD), da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) – cujas origens remontam à CID na forma do Plano Marshall –, passaram a ser conhecidos como doadores tradicionais, conquanto os países do chamado terceiro mundo – ele mesmo um grupamento altamente

heterogêneo – eram identificados como recipiendários” (Mello e Sousa, 2014, p.11)

Para que se possa compreender o estado atual da CID, faz-se necessário entender que o conceito de Desenvolvimento passou por revisões paradigmáticas ao longo da história contemporânea. Enquanto o caráter de assistencialismo entre os Estados considerados ricos àqueles considerados pobres foi predominante no período pós-Guerra, as noções de Desenvolvimento e Sustentabilidade reforçadas no começo do século XXI apresentam novas discussões em torno de modelos eficientes.

No que diz respeito à realidade dos países lusófonos, discutem-se os conceitos de Cooperação Sul-Sul e Cooperação Triangular (CTR)¹ como frutos da evolução conceitual da CID. Segundo Pino (2013), a CTR surge a partir da integração de diferentes enfoques no campo da Cooperação. Rompendo a lógica tradicional da Cooperação Norte-Sul e englobando a Cooperação Sul-Sul, este tipo de coalizão permitiria ganhos múltiplos aos atores envolvidos.

“No século XXI, destacou-se o papel da CTR como modalidade que facilita a articulação e a convergência da CSS [Cooperação Sul-Sul] com a Cooperação Norte-Sul (CNS), em um jogo de ganhos triplos (win-win-win) para todas as partes: pela combinação de recursos financeiros e técnicos destinados aos países receptores de menor nível de desenvolvimento; pela visibilidade e ampliação da escala da cooperação promovida pelos países emergentes; e pela redução dos custos e da influência na CSS, que passam a adquirir os países desenvolvidos” (Pino, 2013, p.7).

Ainda sobre a cooperação entre os países lusófonos, ressalta-se a criação do “Manual da Cooperação da CPLP”, aprovado em 2021. A organização defende que a Cooperação

¹ Pino (2013) define a Cooperação Triangular como a modalidade de colaboração internacional que busca conjugar aspetos das parcerias conhecidas como Norte-Sul e Sul-Sul. O autor indica, contudo, que a definição desse tipo de Cooperação ainda é um termo em construção, sem uma definição comum.

entre os Estados-Membros é um dos seus pilares fundamentais, através da qual é fortalecido o reforço dos laços entre os países lusófonos nos mais diversos campos.

“A Cooperação da CPLP contribui para o desenvolvimento inclusivo e sustentável dos Estados-Membros, a consolidação política, económica e social da Comunidade e para a sua projeção enquanto Organização Internacional” (CPLP, 2021, p. 4).

A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, portanto, tem as suas problemáticas específicas, especialmente com o amadurecimento do vetor Sustentabilidade nas discussões acerca do Desenvolvimento. Se por um lado existe consenso internacional sobre a necessidade de se gerar crescimento de forma sustentável, por outro o Norte Global aproveitou-se de um processo industrial acelerado por anos à frente do Sul Global. No panorama atual, Luderer (2021) entende que conciliar objetivos é um dos maiores desafios para a CID. Para a autora, a realidade material do século XXI não comporta qualquer tipo de simplificação de modelos, à despeito do que já se tentou atingir no início das discussões sobre a CID.

1.3. Organizações Internacionais

Pinto Arena (2022) define as Organizações Internacionais como associações voluntárias entre Estados que têm por objetivo exprimir interesses comuns por meio de cooperação entre os seus membros. Ressalta o seu carácter interestatal que o distingue de outras entidades privadas ou Organizações Não-Governamentais. Pressupõem-se uma ferramenta de ação entre diferentes Estados para fins comuns.

As Organizações Internacionais desempenham um papel fundamental na Cooperação Internacional no âmbito institucional. Herz e Hoffmann (2004) contabilizam, ao menos, 238 organizações Intergovernamentais Internacionais (OIG). De acordo com a sua leitura, elas asseguram a governança mundial, ainda que com autonomia parcial a depender do tipo. Herz e Hoffman, analisam que, historicamente, o Sistema Internacional mostrou-se anárquico durante o início do século XX. Referem-se aos

últimos quatro séculos da história como um período marcado pela criação de mecanismos de estabilização global, mencionando as coalizões, o multilateralismo e as alianças militares como a génese do processo de criação das OIG.

Sato (2003) aponta as Organizações Internacionais como a expressão mais aparente dos esforços da Cooperação Internacional de forma institucional e permanente. O autor, no entanto, observa que, do ponto de vista histórico, existem dificuldades inerentes à estruturação de instituições que ajam de acordo com as intenções de diferentes Estados Nacionais. Nesse sentido, indica a Liga das Nações como o primeiro arranjo internacional constituído de forma plena e com atuação, nalgum grau, de forma supranacional.

Ainda para Sato, as perspectivas para as Organizações Internacionais no século XXI tendem a tornar-se cada vez mais complexas. Enquanto a diversidade e a retórica da globalização apresentam-se como fundamentais na governança global, o entendimento do papel das instituições atuais diverge do que foi teorizado nos séculos anteriores na Europa. Num cenário em que o próprio conceito de Estado Nacional é influenciado por ideologias e interpretações de mundo de formas distintas, a noção de Organização Internacional tende a ser igualmente fluida.

“Esses sentimentos são cambiantes e variam de acordo com percepções fundadas em ideologias e visões sobre riscos, interesses e oportunidades. Nesse quadro, construir e participar de instituições internacionais é uma das formas mais valiosas de aprimorar a convivência humana em nosso tempo, mas também não se pode esquecer de que essa é uma dedicação que exige, antes de mais nada, um exercício continuado de paciência e tolerância” (Sato, 2003, p. 175).

Para desenvolver um estudo acerca do papel geopolítico da Lusofonia, torna-se imprescindível observar a atuação da Comunidade de Países Língua Portuguesa (CPLP), visto que esta se apresenta como Organização Internacional de base linguística e identitária para a Cooperação entre os seus membros. A existência de uma unidade lusófona, apesar de não restrita à CPLP, observa em si um papel institucional para a promoção e preservação da Lusofonia.

1.4. Lusofonia

Para que se entenda a que se refere a interpretação de uma suposta unidade cultural no mundo lusófono, é necessário analisar o conceito de Lusofonia. Este, numa primeira análise, está estabelecido através da pressuposição de uma herança comum entre os países ou povos que tenham a língua portuguesa como idioma oficial ou de relevância nas suas sociedades. Tem na Francofonia e Anglofonia conceitos similares e pode ter, por isso, interesse comparativo.

O termo, na sua raiz semântica, conjuga as palavras Luso (em referência à cultura portuguesa) e Fonia (língua oral, do grego). Sousa Galito (2012, p.3) discorre brevemente sobre a origem do termo e a sua aplicação segundo Cristóvão (2005 *apud* Galito), para quem o vocábulo ultrapassa o seu valor etimológico. A autora questiona-se sobre possíveis factores de exclusão envolvidos no uso da língua portuguesa como ponto de referência a uma abordagem cultural:

“Será este raciocínio efectivamente adequado? Uma palavra que se reporta a uma fonia comum, exclui todos quantos nesse território abrangente não falam a língua portuguesa? Será mesmo verdade que ‘a etimologia não é tudo’? A referência simbólica/mítica aos ‘egrégios avós’ dos portugueses não é, pelo contrário, algo patriótico ou mesmo nacionalista (referência à ‘Nação’ Lusitana)?” (Sousa Galito, 2012, p.3).

No entanto, Moisés de Lemos Martins, da Universidade do Minho “lembra que sobretudo o presente e o destino do ‘continente imaterial’ que os oito países constituem” (Sousa *et al*, 2006 *apud* Bondoso, 2013, p. 59). No fundo, se para alguns o conceito de Lusofonia, seria um fator de exclusão de comunidades que, dentro do espaço lusófono, não tenham o português como a sua primeira língua, para outros existiria um fator imaterial ligado à conexão criada pelo uso comum do idioma em Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Madeira (2011) ressalta que o uso e a existência do termo Lusofonia é historicamente recente e há relativamente pouco tempo registada nos dicionários de língua portuguesa. Segundo a autora, o seu uso como um neologismo teria começado a ser mais frequente durante a década de 1980 e aceite como vocábulo oficial na segunda metade da década de 1990. “Uma breve incursão neste instrumento de pesquisa demonstra que é na segunda metade da década de noventa que a palavra começa a fazer parte do léxico vocabular pertencente à área linguística galaico-portuguesa” (p. 77).

O debate sobre a Lusofonia frequentemente envolve questões relacionadas à legitimidade de países e/ou culturas que poderiam ser entendidos como líderes nas discussões em seu favor. É comum ouvirem-se argumentos que defendem, por um lado, que haja uma liderança portuguesa no processo de integração dos países lusófonos, visto que Portugal é o local de onde surgiu o movimento de internacionalização de algo que se possa considerar lusitanidade (ou cultura lusitana partilhada). Por outro lado, defende-se a ideia de que, a despeito do processo histórico secular decorrente da colonização, países como Angola, Brasil e Moçambique sejam percebidos como centros de irradiação da Lusofonia, dadas as suas importâncias de influência no contexto internacional (Bondoso, 2013, pp. 53). Para Venâncio (2006 *apud* Bondoso) “os grandes obstáculos entre os países da Lusofonia já foram ultrapassados e venceu a fraternidade e a aproximação cultural”, referindo-se à evolução das relações das ex-colónias após os processos de descolonização do século XX.

Em sua leitura, Sousa Galito (2012) menciona a teoria do *Luso-Tropicalismo*, de Gilberto Freyre (1933), que entende a concepção de um mundo étnica e culturalmente diverso, sendo este resultado da expansão cultural portuguesa ao longo dos séculos, de forma a pressupor um equilíbrio harmônico entre as culturas europeias, ameríndias e africanas. A autora aponta como tal visão de mundo haveria sido objeto de propaganda do Estado Novo português, a fim de evidenciar uma suposta riqueza cultural advinda da expansão ultramarina portuguesa. No mesmo sentido, Muntaser (2017) reforça como o mesmo discurso foi utilizado de forma ufanista e otimista durante a ditadura militar brasileira (1964-1982), em que se defendia a existência natural de uma harmonia cultural entre os

povos no território brasileiro, o que seria um dos fatores-chaves para a “grandeza do país”.

Vilarinho (2022) entende a Lusofonia como um termo plural, multifacetado e polissêmico. Se à primeira vista indica a designação de falantes da língua portuguesa, por outro lado traz um aspeto emocional de uma comunidade imaginada², definida pelo idioma comum. O autor também apresenta a importância de se observar o fator político envolvido no uso do termo:

“Mas LUSOFONIA é também o nome de diferentes projetos políticos, de diferentes planos estratégicos de geopolítica – convergentes alguns em certos momentos, mas, em geral, silenciosamente divergentes e até concorrentes. E, claro, os silêncios, os não ditos, os implícitos dificultam obviamente os debates. Aqui, em tamanho menor, encaixa-se o entendimento de LUSOFONIA como o projeto de congregar todos os países de língua portuguesa, mais a Galiza e as diversas diásporas de fala portuguesa, na construção de políticas linguísticas que permitam uma gestão coletiva da língua com vistas à sua promoção, seja no interior do bloco (em que ela é, na maioria dos países, minoritária, embora oficial), seja globalmente” (Faraco, 2012, p. 32 *apud* Vilarinho, 2022, p. 7).

Sobre o termo, Vilarinho conclui que a abrangência do conceito é simbólica entre os povos que fazem uso corrente da língua portuguesa que, por ora, poderia excluir povos de outras línguas no espaço geográfico abrangido pela Comunidade de Países de Língua Portuguesa. A sua análise estende-se pelo caráter linguístico dos povos destes países, mas salienta a importância de se observar o plurilinguismo e pluriculturalismo dos que defendem a existência de um espaço comum lusófono (Bastos 2014 *apud* Vilarinho 2022).

² Para um maior aprofundamento no conceito de comunidades imaginadas, recomenda-se consultar Anderson, Benedict (1991). Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2ª edição.

Atualmente, no entanto, estes conceitos podem trazer à tona discussões sobre o seu aparente carácter neocolonial ao colocar no centro da definição a característica linguística das nações (ex) colonizadoras, já que no século XXI, muito é discutido sobre o papel das nações do Sul Global no Sistema Internacional.

“Numa primeira análise, a “Lusofonia” pode ser associada a palavras como a Francofonia ou a Anglofonia e acarretar consigo uma carga presumivelmente pós-colonial. De entre alguns estudos sobre esta matéria, realça-se o sentido geopolítico do termo que engloba um conjunto de países e de povos cuja língua materna, corrente ou oficial, é o português.” (CPLP, 2008, p. 1)

Sousa Galito (2012) reforça que a Lusofonia pode ser uma escolha que não reflita apenas um carácter cultural, mas que também seja uma decisão política ao entender que o espaço abrangido pelas populações, nas quais o uso corrente da língua portuguesa, mesmo que aponte divergências entre os atores envolvidos na aplicação do termo:

“Desde logo, a lusofonia pode ser um meio com um fim estratégico de interesse mútuo para os Estados membros da CPLP. Tem sido desenvolvido pelas elites, projecta-se no futuro, e procura transportar consigo os povos que vivem a experiência (p. 6).”

A preocupação da adequação dos termos aos tempos atuais mostra-se presente nas discussões promovidas pela CPLP, como se pode notar no discurso a seguir:

“A ‘Lusofonia’ também pode ser interpretada como um sentimento, como uma alma, como um desejo de viver em conjunto, partilhando um passado comum. E, talvez a dimensão mais vasta do termo, designa o conjunto dos Estados e organizações que trabalham em conjunto com o objectivo de desenvolver a língua e as sociedades, internamente e por fora”. (CPLP, 2008, p. 2)

De maneira geral, percebe-se o carácter eurocêntrico carregado em termos como a Lusofonia, a Anglofonia, a Francofonia ou a Hispanidade, contudo percebe-se, ao menos do ponto de vista ideológico, a tentativa de sobrepassar as marcas históricas impostas

em prol da união de povos que tiveram (de maneira imposta ou não) ligações culturais durante os últimos séculos.

“(…) a CPLP não actua como um modelo centralista em que a antiga metrópole irradia para a sua periferia quer a sua prosperidade económica, quer o seu valor cultural. Ao contrário, a CPLP procura, sim, fortalecer-se e expandir-se a partir do somatório das potencialidades e o vasto manancial de riquezas que se encontram na diversidade dos oito Estados membros que a constituem” (CPLP, 2008, p. 3).

Jin (2003), reforça o carácter impositivo dos padrões culturais, linguísticos e políticos dos grupos dominantes (metropolitanos) sobre as sociedades colonizadas e como o intercâmbio mútuo de padrões (metrópole-colónia) decorre de maneira desproporcional ao longo da história. Conclui-se, nesta análise, que o surgimento da Lusofonia decorre de uma desigualdade entre estes grupos ora antagónicos, conforme observado por este autor.

Para Jin, a Lusofonia não estaria restrita aos países em que o português é a língua oficial e incluiria aqueles povos que, ao longo da história, tiveram a cultura e língua portuguesas como bases fundadoras das suas realidades contemporâneas.

“Não somente os lusofalantes e as terras onde o português é a língua oficial pertencem à Lusofonia, mas também qualquer grupo étnico ou terras que tiveram, ao longo da história, contactos intensos com a língua e a cultura portuguesas (Por exemplo, Goa, Damão, Diu e outros lugares da costa Indiana, Sri-Lanka, Malaca, várias ilhas indonésias, Aruba, Curaçao, Bonaire e a Guiana Holandesa, entre outros), devem ser incluídos na Lusofonia, porque nestes lugares ainda se falam crioulos derivados do português, que são as línguas maternas dos habitantes locais” (2003, p. 1069).

Além de considerar estes grupos, o autor inclui, ainda, os falantes da língua portuguesa emigrantes das suas culturas de origem, bem como os lusófilos não-lusófonos. Para o

entendimento do conceito de Lusofonia neste trabalho, recorre-se à compreensão de Madeira (2011, pp. 92-94), que delimita o conceito aos países que utilizam o português ora como idioma oficial, ora como veículo de intercompreensão e construção da sua identidade imaginada. Entender-se-á que a delimitação do espaço lusófono não exclui ou afasta quaisquer culturas originárias não-lusófonas presentes nos territórios herdeiros da Lusofonia e que a sua compreensão não sempre será linear ou homogênea. Deve-se levar em consideração que a cultura lusófona, em cada território, apresentará influências e características de culturas pré-coloniais, coloniais e pós-coloniais.

É importante ressaltar que, independentemente da maneira como se tenha construído uma atual comunidade de países de língua portuguesa, o idioma está estabelecido como ferramenta de comunicação entre os povos que a utilizam. Se por um lado é fundamental percebermos o histórico por detrás da imposição da língua nas possessões ultramarinas portuguesas, por outro, o processo de colonização de mais de 400 anos (com as suas nuances culturais e diferentes intensidades) afetou de forma definitiva a forma como se entendem as relações sociais e estruturais nos países lusófonos contemporâneos (Bondoso, 2013).

Por último, para que se possa enquadrar os países de língua portuguesa numa identidade comunitária, é necessário entender que uma grande marca desse corpo social é a heterogeneidade cultural e que, em grande parte das vezes, vários elementos de influência não terão origem portuguesa (Lourenço 2006 *apud* Bondoso, 2013). Para que se entenda a Lusofonia como um fator comum, é preciso reconhecer que o processo coletivo deve agregar vozes de diversos lados e pontos de vista.

De maneira pragmática, este estudo procurará observar a relação atual entre os territórios que têm o português como a sua língua oficial, maioritária e/ou zonas onde se verifica a língua portuguesa como ferramenta administrativa, histórica e de relevância cultural. Estarão englobados não só os nove membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), nomeadamente Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, bem como

regiões que partilham do uso histórico do português que carregam consigo a sua influência, mas que não façam eventualmente o seu uso como idioma corrente: Goa, Damão, Diu e Macau. É possível enquadrar, ocasionalmente, áreas frequentemente mencionadas como de interesse da Lusofonia, como a Galiza ou comunidades com alto número de falantes do português emigrados e/ou seus descendentes próximos.

2. Contextualização histórica da comunidade Lusófona

2.1. O desmembramento progressivo do Império Português, do século XIX ao século XX

A gênese de uma ideia de aproximação entre os territórios de língua portuguesa teria aparecido ainda durante o século XIX. Com o Brasil recém-independente, o rei D. João VI de Portugal que, antes da independência (declarada em 1822 e reconhecida pela ex-metrópole em 1825) teria sido o chefe de Estado do Reino de Portugal, Brasil e Algarves, manifestaria a sua intenção de criar uma Comunidade Luso-Brasileira (Santos, 2001 *apud* Bondoso, 2013).

Vale ressaltar que, com a independência, o Brasil imperial teve as suas diretrizes burocráticas e as suas estruturas fundadoras definidas pelo mesmo grupo social que exercia a autoridade e a soberania do reino português: a casa de Bragança, através da figura do imperador D. Pedro I do Brasil (que, anos mais tarde, viria a ser o rei D. Pedro IV de Portugal). Durante a maior parte do século XIX, não haveria um rompimento ideológico significativo entre os chefes de Estado dos dois países. O movimento de consolidação de uma imagem de um país estruturalmente diferente do que havia sido a sua metrópole teria mais destaque a partir da Proclamação da República no Brasil, em 1899 (e mais intensamente com o Estado Novo brasileiro, de 1937 a 1945). Dadas as condições geopolíticas das ex-possessões portuguesas da época, pode-se entender que o Brasil haveria sido um dos primeiros territórios soberanos a desenvolver qualquer tipo de sentimento ligado a uma lusitanidade pós-colonização, visto que as demais áreas continuavam a ser colônias ultramarinas.

“A constituição da nação brasileira apresenta um problema, já que a independência é proclamada por um príncipe português, herdeiro do trono de Portugal. Não houve, portanto, uma ruptura completa com a antiga metrópole.”
(Fiorin, 2009. p. 117)

As demais possessões ultramarinas portuguesas, por outro lado, seguiriam como dependências coloniais até a segunda metade do século XX, o que apresentaria reflexos na maneira como se veria a comunidade lusófona quando da criação da CPLP. Os movimentos de independência (ou da desocupação colonial em África), o Pan-Africanismo³ e a Reafricanização⁴, por exemplo, apareceriam como elementos fundamentais para a conscientização de se reconhecer a história das nações existentes dentro das colónias para além do período de ocupação portuguesa (Ialá, 2023). A origem do reconhecimento das modificações causadas pelo período colonial na realidade estabelecida no século XX, portanto, apareceria diretamente ligada à designação dos Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP), entendendo-os como nações e territórios com as suas próprias histórias e, no entanto, atravessadas pela colonização que os definiram tais quais como países independentes no Sistema Internacional.

Os PALOP, como um grupo regional, teriam tido a sua origem ideológica a partir da década de 1960, quando se iniciou o momento mais expressivo da descolonização em África. Através da influência da apresentação do Movimento Anticolonialista (criado em 1957), na II Conferência dos Povos Africanos, ocorrida em janeiro de 1960 haveria o surgimento da Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das Colónias Portuguesas (FRAIN). A FRAIN, que contava com representantes dos movimentos anticoloniais em Angola, Guiné-Bissau e Cabo Verde logo contaria com a inclusão dos anticolonialistas de Moçambique e São Tomé e Príncipe, tornando-se, então, a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP).

³ O Pan-Africanismo é um movimento filantrópico que sugere a “volta a África”, com a sua origem nos pensamentos dos Afro-Americanos Henry Sylvester Williams e Willams Eduard Du Bois. Apesar de haver críticas contemporâneas quanto à validade de um sentimento pan-africanista nascido sob um olhar estrangeiro (no entanto ancestralmente ligado ao continente africano), no contexto da descolonização foi um movimento de forte influência para o fim formal da ocupação europeia. Para maiores informações sobre Pan-Africanismo e críticas atuais ao movimento, ver Banze (2022).

⁴ Reafricanização refere-se ao conceito do guineense Amílcar Cabral sobre o retorno às origens proposto por uma geração de estudantes superiores de Lisboa oriundos das ex-colónias, o que daria origem a movimentos políticos de libertação do pensamento colonialista vigente no século XX. Para mais informações sobre o depoimento de Amílcar Cabral, ver Sparemberger (2011).

Após a formalização do processo de descolonização, a CONCP transformar-se-ia no que se conhece atualmente como PALOP (Ialá, 2023, p. 99).

Cabe lembrar que, neste contexto, as possessões portuguesas na Ásia foram incorporadas, em diferentes conjunturas, a nações asiáticas (Goa, Damão e Diu em 1961 à Índia, o Timor Português em 1975 à Indonésia e Macau em 1999 à China).

2.2. A ordem mundial pós-1945 e os antecedentes da descolonização da África lusófona

As duas Grandes Guerras do século XX e, em especial a II Grande Guerra (1939-1945), levaram a comunidade internacional a questionar as formas como a expansão territorial europeia determinava a ordem mundial vigente. O mundo já havia passado pela onda de descolonização importante da América entre os séculos XVIII e XIX e o mesmo viria a ocorrer em África e Ásia no século seguinte.

A II Grande Guerra, por vezes referida como uma “guerra total”, foi um conflito internacional que impactou de maneira nunca vista a atividade económica mundial (Henriques, 2023). As relações de comércio internacionais causaram efeitos não somente aos países diretamente ligados ao conflito, mas também àqueles que se haviam declarado neutrais.

“O comércio internacional passou a ser um terreno privilegiado de conflitos e bloqueios, mas também o espaço de afirmação do posicionamento de cada país perante os dois lados da guerra. Inevitavelmente, os países neutrais tornaram-se agentes do conflito.” (Henriques, 2023, p. 239).

Nesse contexto, Portugal havia-se declarado neutral no início das disputas. No entanto, com o avançar da guerra, apresentou demonstrações ambíguas, inicialmente apoiando a Inglaterra (seu aliado histórico), e posteriormente mantendo relações comerciais com países do Eixo (nomeadamente o comércio com a Alemanha), mesmo depois de se definir como colaborante dos Aliados (Henriques, 2023). Vale ressaltar que, na altura do

conflito, um dos interesses portugueses era manter a sua soberania sobre os seus territórios coloniais em África e, para tanto, o país dependia da sua relação com as autoridades britânicas. A dependência refletia-se não somente na necessidade de apoio militar do país aliado nas colónias, mas também no transporte marítimo (Golson, 2020 *apud* Henriques, 2023).

Em sua investigação sobre o comércio português durante a guerra, Henriques (2023) ressalta a importância da produção colonial de óleos vegetais para a manutenção da produção de conservas num cenário de escassez metropolitana do azeite. Mostrava-se, então, um exemplo da dependência da produção colonial para a sustentação da economia portuguesa num dos seus produtos estratégicos para comércio externo (Aguar-Conraria *et al.*, pp. 131-146).

Do outro lado do Atlântico, o Brasil enfrentava instabilidades internas advindas de dois Golpes de Estado. O primeiro, em 1930, conduziu à Presidência da República o candidato derrotado nas eleições do mesmo ano, Getúlio Vargas. O segundo, em 1937, suspendeu o novo pleito e as atividades do Congresso, reconduzindo Vargas à continuação do seu mandato, o que ficou conhecido como o Estado Novo (ou Terceira República). O governo autoproclamado estender-se-ia até 1945, período coincidente com a II Grande Guerra⁵. Tais questões fizeram com que, durante o período da guerra, o país desse relativamente pouca atenção ao conflito.

Assim como ocorria na relação entre Portugal e os dois lados da guerra, o Brasil também se via numa posição inexacta. Se por um lado, desde o século XVIII, a região tinha grande influência comercial pragmática dos Estados Unidos e da Inglaterra, por outro ideologicamente o governo Vargas alinhava-se ideologicamente ao posicionamento do

⁵ O período dos primeiros governos de Getúlio Vargas (1930-1945) foi marcado pela consolidação de um mercado nacional, bem como a construção de uma imagem de Brasil num contexto republicano. Para melhor compreensão das questões relacionadas à construção do nacionalismo brasileiro e os seus reflexos na economia, recomenda-se a leitura de Cano (2005) e Ribeiro (1999).

Eixo em questões como a unidade nacional, o desenvolvimento econômico nacional e a forte repressão à filosofia do comunismo (Ribeiro, 1999).

De maneira semelhante, tanto Portugal de Salazar como o Brasil de Vargas viam-se em momentos peculiares das suas histórias republicanas: ambos passavam por períodos ditatoriais e com instabilidades internas. Enquanto Portugal via inconstante a sua relação com as províncias ultramarinas, de maneira semelhante o governo central brasileiro sentia-se ameaçado pelas disputas políticas advindas dos seus Estados.

Um dos efeitos conhecidos do fim da II Grande Guerra, em 1945, foi a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), ocupando o espaço multilateral da extinta Liga das Nações e cujos objetivos incluíram a necessidade de se reordenar o Sistema Internacional.

Apesar dos esforços internacionais para se redesenhar o Sistema Internacional através da via diplomática, sob a liderança dos Estados Unidos e da União Soviética, o mundo ainda veria o surgimento (ou a continuação) de tensões em áreas fora dos espaços envolvidos diretamente nas duas Grandes Guerras do século XX. Mesmo na Europa os interesses antagônicos entre as duas potências seriam cada vez mais evidentes, culminando no que ficou conhecido como a Guerra Fria (1947 a 1991). Teixeira (1993) menciona questões importantes a partir de 1946, como o Azerbaijão, a Guerra Civil Grega e a divisão da Alemanha.

Com o fim das guerras, a estabilização econômica e política da União Soviética e o interesse expansionista demonstrado pelos Estados Unidos (e reforçado através do financiamento do Plano Marshall de 1948 a 1951)⁶, o mundo caminhava de forma mais intensa à bipolaridade no plano internacional. Do lado Atlântico, o presidente estadunidense Truman assumiria a liderança internacional e proporia alianças entre os países da sua zona de influência e, procurando assim, manter o *status quo* no período

⁶ Para uma leitura mais aprofundada acerca da recuperação europeia pós-1945, recomenda-se a leitura de Simon (2011).

pós-guerra. Do lado oposto estaria a União Soviética que, igualmente, apresentaria movimentos para a integração dos países no leste europeu (Teixeira, 1993). Não cabe neste estudo pormenorizar a divisão da Europa na Guerra Fria, no entanto importa ressaltar a extrema polarização deste período.

Outro acontecimento importante para a definição das áreas estratégicas num panorama internacional bipolar foi a criação das alianças militares. Por um lado, sob a liderança dos Estados Unidos, surgiu a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN/NATO) em 1949, de outro, o Pacto de Varsóvia em 1955, sob a liderança da União Soviética. Neste contexto, vale ressaltar que Portugal estava entre os membros fundadores da OTAN/NATO.

Em seu estudo, Teixeira (1993) faz uma análise da questão ibérica no cenário internacional no período do Salazarismo-Franquismo e a sua relação com o domínio do Atlântico. Enquanto Espanha passava por um período de isolamento (acabara de passar pela Guerra Civil Espanhola, de 1936 a 1939), Portugal vinha mantendo relações diplomáticas com os demais países e, por vezes, podendo servir de interlocutor ibérico (inclusive na defesa da entrada de Espanha na aliança militar do Atlântico). O autor, no entanto, aponta contradições acerca da importância factual da diplomacia portuguesa à altura do período pós-II Grande Guerra, muitas vezes influenciadas pelos meios de comunicação dominados pelo Estado, fazendo o leitor questionar o papel de Portugal sob a ótica da historiografia portuguesa.

“Todavia, e apesar destas análises e de um curto artigo de síntese sobre a questão que este trabalho desenvolve, a ideia dominante, quando se fala da presença portuguesa na fundação e nos primeiros passos da Aliança, é ainda a que nos chega da época. Veiculada pelos órgãos oficiais e pela imprensa do regime, esta concepção é hoje revisitada” (Teixeira, 1993, p. 58).

Do lado português (e eventualmente espanhol), a importância do alinhamento com o bloco ocidental advinha do facto de, entre os anos de 1947 e 1948 terem nascido movimentos populares importantes pela maior parte da Europa Oriental, o que poderia

ser visto como um risco aos governos ibéricos. Sob a ótica do governo de Salazar, era o momento de, se não estavam alinhados com o lado socialista, opor-se a ele.

“Entre 1947 e 1948, com diferentes nuances nacionais, que vão da Finlândia à Jugoslávia, começam a nascer na Europa de Leste as democracias populares. Um a um, todos os governos de frente popular são progressivamente substituídos por governos comunistas — a Hungria, a Roménia, a Bulgária, a Polónia, ao longo do ano de 1947 — e o movimento culmina de forma trágica, em Fevereiro de 1948, com o «golpe de Praga», que marca definitivamente a sovietação da Checoslováquia. Era o signo da rotura oficial entre o Ocidente e o Leste” (Teixeira, 1993, p.62).

Importa sublinhar que, para além do território ibérico, Portugal ainda contava com as suas províncias ultramarinas e a influência de movimentos populares divergentes não era bem recebida pelo Estado português. Portugal, então, aproveita-se dos seus interesses internos e de questões importantes como a interlocução com Espanha e a posição geoestratégica dos Açores, entre outros fatores, e aparece como um dos membros fundadores da aliança do Atlântico, alinhando-se formalmente ao bloco político-ideológico liderado pelos Estados Unidos da América.

Apesar de haver movimentos da historiografia que nos levem a pensar que o país teve uma grande relevância na definição do que seria a OTAN/NATO, Teixeira (1993) conclui que o interesse de Salazar estava muito mais voltado a defender as suas questões internas do que ter liderança no cenário internacional.

“Desde o pós-guerra que se apercebe claramente das grandes mudanças na correlação de forças em presença e da emergência de um novo quadro de segurança europeia (...). Face à ameaça russa, o quadro possível de segurança do Ocidente seria, para Salazar, um sistema que associasse a Europa e a África, apoiado pelos Estados Unidos” (Teixeira, 1993, pp. 78).

No Brasil, que pouco havia sido afetado internamente pelos efeitos das Grandes Guerras, o governo voltava-se para as suas questões internas. Em 1945 acabaria o Estado Novo e iniciava-se o período conhecido como a Quarta República (1946-1964). De forma resumida, seria o primeiro momento em que, de facto, o país veria uma experiência de democracia representativa tal como se imagina atualmente. O período viria a ser marcado, do ponto de vista ideológico, por alternância de poder e descontinuidade política. No plano económico, desenvolver-se-ia, o que ficou conhecido como o nacional-desenvolvimentismo, um projeto que tinha os seus pilares na industrialização substitutiva de importações, intervencionismo estatal e nacionalismo⁷.

A alternância de poder, no entanto, daria espaço à influência de movimentos populares de base socialista/comunista. No panorama internacional, o Brasil, como parte da zona de influência estadunidense no continente americano, veria, em 1964, um novo golpe de Estado que daria início a uma nova ditadura militar, que perduraria até 1985.

Neste momento, dentro do que se pode considerar o mundo lusófono, e no contexto do início da Guerra Fria, podemos ver Portugal (e as suas, então, províncias ultramarinas) sob o governo de Salazar cada vez mais a alinhar-se com os países da OTAN/NATO e o Brasil a enfrentar questões políticas internas, ambos relativamente isolados de participações muito ousadas no campo internacional. Antes, pelo contrário, ambos governos são marcados por movimentos de desenvolvimento económico nacional.

2.3. A descolonização da África lusófona no contexto da Guerra Fria

No final do século XIX, após o período de descolonização da América, as principais nações europeias haviam reivindicado territórios por todo o continente africano no

⁷ Para entender melhor o período da Quarta República Brasileira, recomenda-se a leitura de Gomes e Ferreira (2018).

processo que ficou conhecido como a Partilha de África (Scramble for Africa)⁸. A divisão do território, feito de forma muito mais acelerada do que na América, enfrentaria grandes mudanças no período pós-guerra, com a deflagração de diversos movimentos de independência.

Com o fim das Grandes Guerras, as principais economias europeias ver-se-iam fragilizadas, tendo de priorizar a sua reconstrução interna, em detrimento do seu domínio colonial. Por outro lado, os Estados Unidos, como grandes financiadores do restabelecimento europeu, tinham, como princípio, reafirmar as suas tradições anticoloniais e, como objetivo, evitar a influência do comunismo soviético em expansão. A intervenção nas questões de África seria, portanto, uma oportunidade de reafirmação do país no Sistema Internacional (Kent, 2011).

“Os Estados Unidos não tinham o mesmo interesse (...) nos pormenores económicos do acordo de independência e no futuro dos interesses capitalistas europeus. Em vez disso, desejavam aproximar-se dos africanos através do estabelecimento (...) do capitalismo americano na África pós-independência – em oposição às práticas capitalistas coloniais que caracterizavam o capitalismo europeu” (Kent, 2011, p. 42).

A região tornava-se, então, um ponto de atenção pelo controlo das influências, seja pelo lado do capitalismo estadunidense, quanto pelo lado do socialismo soviético. Estes, em maior ou menor grau, apresentam algum tipo de intervenção sobre a independência das colónias (ou províncias) portuguesas que se avizinhava.

Enquanto o mundo assistia às mudanças geopolíticas aceleradas ao longo da segunda metade do século XX, Portugal via-se numa posição isolada no âmbito internacional. A historiografia regista que o país (e o seu território expandido, na forma das chamadas

⁸ A Conferência de Berlim, ocorrida a 15 de novembro de 1884, visava a regulação do Direito Internacional Colonial, cujo objetivo declarado era a definição do comércio nas bacias do Congo e do Níger, mas que, de facto, afetou todo o continente. Capossa (2023) faz uma leitura concisa sobre os efeitos da conferência para a atual África.

províncias ultramarinas), sob o comando de António de Oliveira Salazar, mantinha relações comerciais com outras nações, entretanto com alto controlo estatal sobre a produção nacional. Em referência a um discurso de 1963, Freixo (2018) reforça a particularidade do posicionamento salazarista perante o mundo:

“A ditadura lusa insistiria na tentativa de manter suas ‘províncias ultramarinas’, mesmo à custa de um aparente isolacionismo em relação ao exterior, como preconizado pelo ditador António de Oliveira Salazar, em um célebre discurso proferido em 1963. Nele foi defendida a tese de que os ‘portugueses europeus e africanos’ deveriam combater ‘sem espetáculos e sem alianças, orgulhosamente sós’, em defesa de ‘princípios e interesses comuns a todo o Ocidente’ ” (Freixo, 2018, p.127).

Tendo adotado a ideologia do luso-tropicalismo⁹ de Gilberto Freyre, o governo de Salazar caminhava na direção contrária à de outras realidades colónias-metrópoles, especialmente no continente africano. Exaltava-se a ideia de que a identidade portuguesa estendia-se do Minho a Timor. De forma prática, indivíduos originários das colónias não tinham livre acesso à metrópole, tendo de comprovar capacidades financeiras, de escolaridade, dentre outros critérios subjetivos, para obter a cidadania portuguesa, se assim o quisessem (Freixo, 2018). Estava, então, posto um conceito de lusitanidade para além do continente europeu, ainda que, efetivamente a realidade comprovasse haver distinções entre os cidadãos das províncias e os europeus.

Freixo observa, ainda, que parte do isolamento português deveu-se não somente à preconização da política interna do Estado Novo português, mas também devido a condenações em cortes internacionais. Segundo a sua leitura, no decorrer da década de 1950, os processos de descolonização intensificavam-se, enquanto o Estado português

⁹ Para compreender mais a fundo o território lusitano imaginado e a sua relação com a ideologia do luso-tropicalismo, recomenda-se a leitura de “Lusofonia e Luso-tropicalismo. Equívocos e possibilidades de dois conceitos hiper-identitários”, de Moisés de Lemos Martins (2004).

mantinha uma postura inflexível no que diz respeito à autodeterminação dos povos colonizados.

O estudo de Freixo ressalta que progressivamente o Estado português via-se forçado a abrir as suas fronteiras para o capital externo no período pós-guerra, já que tinha pouca disponibilidade de capitais para investimento nas suas próprias colónias.

“Portugal abriu seus domínios coloniais para que companhias estrangeiras investissem tanto na produção, quanto na infraestrutura, no contexto da acelerada expansão capitalista do pós-guerra, que possibilitou uma notável ampliação da capacidade de investimentos dos países centrais e de suas grandes corporações” (Freixo, 2018, p. 130).

Na prática Portugal, apesar de ter o controlo formal das suas províncias ultramarinas, exercia um papel secundário nos seus próprios territórios.

Com o avançar do Movimento Anticolonialista e com as elites coloniais mais articuladas, a década de 1960 veria avanços significativos dos movimentos de libertação nas colónias portuguesas, visto que grande parte dos países africanos já era independente. Além de contarem com a opinião pública numa escala internacional, dentro do contexto da Guerra Fria, apresentava-se uma oportunidade de expansionismo da ideologia soviética no continente, já que a integração de Portugal na comunidade internacional caminhava em direção ao bloco ocidental.

“Esses nacionalistas africanos, a partir dos anos 1950, partiram para a ação política e organizaram os primeiros movimentos de libertação colonial, como o PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde), MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) e UPA (União das Populações de Angola) e FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique). Estas organizações passaram a contar com o apoio da opinião pública internacional, além da ajuda militar do bloco socialista que, no contexto da Guerra Fria, tinha importantes interesses estratégicos no conflito” (Freixo, 2018, p. 132).

As tensões entre os interesses das elites coloniais e a administração metropolitana fizeram com que, de maneira progressiva, iniciassem-se conflitos armados através de guerrilhas locais. Começariam, em 1961, os primeiros movimentos que dariam início ao que se chama, em Portugal, a Guerra Colonial. Entre 1961 e 1965 rapidamente as colónias portuguesas em África tinham algum tipo de movimento instaurado contra a administração metropolitana. De forma geral, os conflitos estender-se-iam durante a maior parte da década de 1960 e a primeira metade da década seguinte, fazendo com que a administração portuguesa dedicasse bastantes recursos para a sua manutenção.

No contexto da Guerra Colonial, Freixo ressalta que setores que, tradicionalmente apoiavam o regime do Estado Novo, aos poucos começavam a entender que a manutenção dos conflitos em África, bem como o isolacionismo intencional do governo português, colocavam-se como entraves ao desenvolvimento económico e modernização do país, o que culminaria, entre outros aspectos, na Revolução dos Cravos em 1974, que colocaria fim à ditadura instaurada no período.

“Dentre os descontentes com a prolongada guerra colonial e a intransigência de Salazar, começaram a se destacar: a burguesia monopolista, uma das principais bases de sustentação do regime, que via na guerra um obstáculo aos seus interesses económicos e à entrada de Portugal no Mercado Comum Europeu; setores da elite militar, que tinham a percepção de que os problemas coloniais deveriam ser resolvidos através da ação política e não da ação militar; e os próprios aliados de Portugal na OTAN, que com o prolongamento da guerra, passam a encará-la como uma ameaça aos seus interesses estratégicos na África, naquele contexto de melhoria das relações entre o ocidente e o bloco soviético” (Freixo, 2018, p. 137).

A partir de 1974, os Estados lusófonos constituídos com o fim da Guerra Colonial teriam o desafio de se estabelecer a partir das suas próprias condições sem o domínio direto português, o que os levou a uma série de instabilidades e conflitos, alguns deles que se estenderiam até o final da década de 1990/início da década de 2000 (Martins e Cardina,

2019), com destaque aos processos de reconstrução de Angola e Moçambique, nos quais forças políticas internas eram apoiadas ora pelos Estados Unidos, ora pela União Soviética (Visentini, 2008).

2.3.1. A reação brasileira à descolonização da África lusófona

Durante a maior parte do seu período como Estado independente, os governos brasileiros mantiveram-se alinhados ideologicamente a Portugal. Apesar de um certo distanciamento, em parte pelo isolacionismo português no cenário internacional, em parte pelo baixo nível de trocas comerciais entre os países ao longo do século XX, o Brasil nunca se teria posicionado contrário aos interesses portugueses em fóruns internacionais até o agravamento da Guerra Colonial em África. No mesmo sentido, durante os governos de Vargas, no Brasil, e Salazar, em Portugal, foi assinado o Tratado de Cooperação e Amizade entre Brasil e Portugal em 1953 no Rio de Janeiro, como tentativa de manutenção dos vínculos históricos entre os dois Estados.

“O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil e o Presidente da República Portuguesa, conscientes das atitudes espirituais, morais, étnicas e lingüísticas que, após mais de três séculos de história comum, continuam a ligar a Nação Brasileira à Nação Portuguesa, do que resulta uma situação especialíssima para os interesses recíprocos dos dois povos, e animados do desejo de consagrar, em solene instrumento político, os princípios que norteiam a Comunidade Luso-Brasileira no mundo, resolveram celebrar o presente Tratado de Amizade e consulta”. (*Decreto legislativo nº 59/1954 de 25 de outubro da Câmara dos Deputados, 1954*)

Segundo Saraiva *apud* Santos (2021), este tratado de cooperação e consulta, todavia, observava prioritariamente a relação entre o Brasil e Portugal continental ressaltando uma proposital exclusão das províncias ultramarinas portuguesas do texto para que, assim, se evitasse uma aprovação explícita da política colonial vigente. Como exemplo de tensões existentes entre os dois países na questão colonial, Santos (2021) sublinha que o governo brasileiro mandara denunciar à Organização Internacional do Trabalho a

utilização de mão-de-obra escrava em Angola na produção de café, o que ofereceria concorrência desleal à produção brasileira durante a Era Vargas.

Em síntese, o acordo de 1953 não teria trazido benefícios significativos ao Brasil, sendo considerado um tratado de benefício à política externa portuguesa, sobretudo na sua posição colonial em África até a década de 1960. Como remanescência do acordo de reconhecimento da independência do Brasil de 1825 (Tratado do Rio de Janeiro), o país não podia ter diálogo diplomático direto com as demais colónias portuguesas em África (Ferreira, 2013, p. 58) e, por conseguinte, não podia ter representação consular direta nas províncias ultramarinas portuguesas desde o século XIX até 1961, quando o Brasil passou a discutir diretamente a colonização portuguesa na ONU (Santos, 2021, p.13). Tais movimentos, enquanto geravam aproximação entre o Brasil e a sua ex-metrópole, afastavam-no juridicamente de uma relação diplomática com os demais territórios lusófonos.

Nesse contexto, no entanto, a Revolução Cubana de 1959 e o golpe militar de 1964 marcariam pontos importantes no posicionamento internacional brasileiro sobre a questão africana. Se, de um lado, apoiar as independências seria alinhar-se ao posicionamento internacional dos Estados Unidos, de outro o discurso anticolonialista afastava-se da estratégia geopolítica que o governo militar desejava manter com Portugal durante a década de 1960 de combate ao comunismo, contra a descolonização portuguesa (Guillen, 2007, pp. 46-47).

De acordo com Saraiva (1996) *apud* Guillen (2007), a diplomacia brasileira viu, através das Guerras Coloniais, a oportunidade de romper um ciclo de alinhamento automático à política externa portuguesa, projetando-se para Luanda, Bissau e Maputo. Saraiva diz ainda que a “efêmera” comunidade luso-brasileira entrava em “degenerescência”, classificando o período de alinhamento com Portugal como “tempo perdido”.

A diplomacia brasileira vê, na década de 1970, uma viragem pragmática na sua estratégia. Apesar de estar alinhado maioritariamente ao posicionamento internacional estadunidense, o governo brasileiro passou ter experiências diplomáticas em que, nem

sempre, a ideologia política prevalecia. Exemplos desse novo momento apareceram no reconhecimento da liderança de Agostinho Neto na independência de Angola em 1975. O governo brasileiro viria a receber Neto com honras de chefe de Estado em Brasília. Ao mesmo tempo, o governo daria asilo político a representantes da ditadura salazarista após a Revolução dos Cravos (Guillen, 2007).

“Essa política ganhou corpo no governo do presidente Ernesto Geisel, a ponto do governo brasileiro ser o primeiro país ocidental a reconhecer a independência angolana, em 11 de novembro de 1975, mesmo que liderada pelo MPLA, então ligado à URSS e Cuba. O processo de apoio à independência de Angola foi importante do ponto de vista diplomático uma vez que o Brasil vinha de um histórico de apoio político a Portugal e as ex-colônias tinham desconfianças em relação a um contato mais próximo com o Brasil” (Santos, 2021, p.17).

Apesar de o período denotar mudanças de posicionamentos quanto à questão portuguesa em África por parte do governo brasileiro, a prioridade deste país foi seguir uma diplomacia pragmática, em que os seus interesses comerciais e políticos fossem postos à frente de amarras ideológicas, por vezes ratificando posturas lusitanas e por outras contrariando-as. A opção pelo não enfrentamento direto aos interesses portugueses, dava ao Brasil a possibilidade de negociar progressivamente a sua posição nas colónias portuguesas, ao mesmo tempo em que reforçava os vínculos com os Estados que surgiram nos anos seguintes (Ferreira, 2013, p. 65).

A partir da descolonização das províncias portuguesas em África, a diplomacia brasileira veria a oportunidade de maior aproximação com o continente. Entre os anos de 1969 e 1974, o Brasil viveria o que é registado como o “milagre económico” brasileiro. Com um crescimento médio de mais de 11% ao ano, o Brasil deteve uma posição internacional privilegiada que lhe poderia justificar a expansão internacional, inclusive com África (Ferreira, 2013, p. 65)

A partir da década de 1970, os países africanos lusófonos começariam uma jornada de estabelecimento nacional e, conseqüentemente, de posicionamento internacional

como Estados independentes e, para tal, precisavam de parcerias e investimentos externos que, em determinadas ocasiões, não eram encontradas nos aliados do Norte Global. Nesse período, então, as relações entre Brasil e África que, durante muitos anos não tinha sido preconizada, passou a ocupar um papel importante no posicionamento internacional do país (Ferreira, 2013, p.64).

Tais movimentos, no entanto, veriam uma certa estagnação diplomática e comercial durante a década de 1980. Em Portugal, desde 1975, o país buscava o restabelecimento da sua economia e a sua reinserção no Sistema Internacional. O Brasil passaria por grandes instabilidades económicas e políticas advindas de endividamento externo, estagnação do crescimento do seu PIB e mudanças no sistema político decorrentes da redemocratização. Cabo Verde e Guiné-Bissau veriam um movimento de rotura política, com um golpe de Estado neste último, assim como em Angola. Moçambique passaria por uma guerra civil que se estenderia por mais de 15 anos. Dentre as ex-colónias portuguesas em África, apenas São Tomé e Príncipe passaria por um processo de estabelecimento como Estado independente mais estável, se comparado aos demais.

2.4. A década de 1980 para os países lusófonos na Europa, América e África

2.4.1. Angola

A partir da oficialização do fim da sua realidade colonial e o reconhecimento da sua independência no Sistema Internacional na segunda metade da década de 1970, Angola, bem como as demais ex-colónias portuguesas, começou a estabelecer os parâmetros da sua política externa. De acordo com Bembe (2016), esta primeira fase, compreendida entre 1975 e 1992, caracteriza-se pela sua legitimação internacional e a definição das suas zonas de influência direta.

Ao contrário do que se verifica em outros Estados que atingiram a sua independência durante o século XX em África, Angola não dependeu, num primeiro momento, apenas das suas relações com Portugal para a projeção dos seus negócios estrangeiros o que,

do ponto de vista económico, poderia ser um facilitador do seu desenvolvimento num momento de aparente fragilidade política.

“Observam-se, por exemplo, as ligações, nomeadamente, com aqueles Estados de origem das empresas concessionárias e explorações petrolíferas no seu território — para além de, durante a 1.ª República iniciada em 1975, ter cultivado relações estreitas com Estados ideologicamente afins, na maioria da Europa Central e de Leste e Cuba, e ainda com o Brasil, por motivos histórico-culturais complexos” (Bembe, 2016, p. 37)

No plano internacional, Angola mostrou-se presente em organizações regionais, tais como a Organização da Unidade Africana (OUA)¹⁰, substituída pela União Africana (UA) em 2002, e a Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC)¹¹, desde 1992 Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). A atuação da OUA, mostrou-se ineficaz tanto na resolução dos conflitos territoriais em Angola, como na superação das condições advindas dos conflitos militares. A SADCC, no entanto, foi fundamental para o estabelecimento regional do país, garantindo um papel privilegiado na atuação internacional de Angola.

Apesar de haver demonstrações de intenções de projeção internacional do país, o período pós-independência, até o final da década de 1980 foi marcado por convulsões internas, como a divergência de interesses políticos entre diversos grupos sociais, a guerra civil angolana (1975-2002) e conflitos com a África do Sul, que ocupara a Namíbia

¹⁰ Criada a 25 de maio de 1963, a Organização da Unidade Africana teve como objetivo, dentre outros, promover a unidade entre os Estados africanos e combater o colonialismo no continente. Foi sucedida pela atual União Africana (UA) que conta com 55 membros.

¹¹ A Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC) foi um acordo assinado de cooperação por Angola, Botswana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Essuatíni, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue, cujo principal objetivo era introduzir programas e projetos que influenciassem os países da África Austral. Foi o movimento precursor da atual Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).

durante o período. A abertura política de Angola foi mais perceptível a partir do final dessa década (Bembe, 2016).

2.4.2. Moçambique

Para Moçambique, o período pós-independência do governo de Samora Machel (1975-1988) foi marcado pela busca da autonomia, reformulação do Estado e da economia. Assim como ocorria em outros países africanos no período, o processo de construção do Estado passava por conflitos entre distintas elites políticas que, muitas vezes, tinham objetivos divergentes (Langa, 2021).

Internamente, a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) adotou diretrizes socialistas na condução dos primeiros anos do seu governo, nacionalizando setores estratégicos da economia, algo que foi visto como fundamental para extinguir a estrutura da administração colonial.

“As nacionalizações eram um pacote de medidas de estatização rumo à organização socialista e uma resposta aos anseios populares, constituindo as medidas mais aclamadas aos olhos do povo” (Langa, 2021, p. 19).

No que diz respeito à política externa, Langa aponta que, desde o início, o governo de Samora Machel tinha como premissa afirmar-se anti-imperialista, sendo, por exemplo, um dos primeiros países a reconhecer a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) e a conceder asilo a militantes da Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN). No plano regional, assim como Angola, Moçambique esteve na SADCC (atual SADC) com o objetivo de libertação económica da África Austral. Maloa *apud* Langa (2021) menciona ainda que o país tentou aderir ao Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECON), mas tendo sido vetado pela União Soviética devido à política de não-alinhamento. A partir do veto, Moçambique começou a procurar um maior diálogo com o mundo capitalista, fazendo visitas diplomáticas aos Estados Unidos, ao Reino Unido e a países da Comunidade Econômica Europeia (CEE), incluindo Portugal, ao longo da década de 1980.

2.4.3. Cabo Verde e Guiné-Bissau

Durante a administração colonial portuguesa, cujas origens são registadas desde o século XV, os territórios dos atuais Cabo Verde e Guiné-Bissau foram administrados conjuntamente até o final do século XIX. Apesar das diferenças instituídas durante a ocupação portuguesa e do distanciamento administrativo a partir de 1879, os movimentos separatistas dos dois territórios coloniais voltaram a encontrar-se a partir da fundação do PAIGC - Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde em 1960 (Djanté, 2019).

Com o apoio militar, civil e político de Cuba, da União Soviética, da Argélia e da República da Guiné e com o apoio financeiro e material da Dinamarca, Noruega e Suécia, o PAIGC fortaleceu-se durante a primeira metade da década de 1970, atingindo a independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde em 1974 (Garcia, 2000, *apud* Djanté, 2019).

Djanté (2019), descreve que a independência dos Estados foi reconhecida por Portugal após a assinatura dos Acordos de Argel a 25 de agosto de 1974, no qual ficariam aceites as independências da Guiné-Bissau, de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe entre os anos de 1974 e 1975, concedendo ao povo das Ilhas de Cabo Verde o direito à autodeterminação. Apesar de se haver tentado a edificação da união entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde, em 1980 o presidente da Guiné-Bissau sofreu um golpe de Estado, pondo fim ao projeto ideológico construído pelo PAIGC, através da figura de Amílcar Cabral¹², ao longo dos anos anteriores.

Mané (2013) *apud* Djanté (2019) indica que a inserção da Guiné-Bissau no plano internacional deu-se com a sua independência em 1974, já sendo admitida como membro da ONU nesse mesmo ano e na OUA no ano seguinte. O país logo reatou relações com Portugal em 1975, assim como procurou reforçar laços com vários Estados que o haviam apoiado durante a década de 1970 e especialmente com a Suíça, a Suécia

¹² Amílcar Cabral foi um dos fundadores do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e é considerado um dos principais responsáveis pela liderança do processo de independência da Guiné e de Cabo Verde. Foi, no entanto, assassinado antes da materialização da independência.

e o Brasil, país com o qual foram assinados acordos de cooperação em 1976 e 1978 e ao qual o presidente fez uma visita em 1980. Augel (2007) *apud* Djanté (2019), no entanto afirma que os apoios entraram em declínio ao longo da década de 1980, como consequência da incapacidade de se manter a estabilidade política, a manutenção do programa de ajuste estrutural e a redução da pobreza e o endividamento do Estado. Djanté aponta, ainda, que a década de 1980 representaria um período de profunda crise económica, com tentativas frustradas de reestruturação da economia guineense.

Cabo Verde, por outro lado, mostrou maiores progressos em direção ao desenvolvimento interno. Segundo Vieira (2012), o país desenvolveu relações diplomáticas próximas com potenciais doadores do Norte Global, ao passo que também manteve intensas relações com Angola e São Tomé, devido à sua proximidade histórica e ideológica. Apesar de ter havido mobilizações sociais no país durante a década de 1980, a autora entende que a transição política interna (no processo que havia sido iniciado com a independência na década anterior) ocorreu de forma pacífica, o que teria dado mais credibilidade ao governo no âmbito internacional.

2.4.4. São Tomé e Príncipe

Ao contrário do que ocorrera nos movimentos de independência da Guiné-Bissau, Angola e Moçambique, o processo de independência de São Tomé e Príncipe realizou-se sem um grande movimento armado após a Revolução dos Cravos. O Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP), apesar de pouco conhecido pela população geral até 1972, teve rápida adesão popular, que o levou ao êxito pela independência em Setembro de 1974 em uma negociação pacífica com a administração colonial (Gerhard, 2016).

Durante a década de 1980, o país cuja economia dependeu largamente da sua produção agrícola, enfrentou sérios problemas económicos após a sua independência. Nascimento (2010) aponta a seca de 1983-1984 como ápice para a grande privação económica do arquipélago no período. Apesar de São Tomé e Príncipe ter estabelecido uma ligação consistente com países do bloco socialista e com Angola, estes não foram capazes de

prover ajuda externa suficiente ao país, fazendo com que o regime do MLSTP recorresse a ajudas do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, com a condição de que a sua economia se abrisse a partir de 1987 (Gerhard, 2016).

2.4.5. Portugal

Após a eclosão da Revolução dos Cravos, em 1974, Portugal passaria por grandes transformações, tanto no que diz respeito à sua política interna como à sua posição no Sistema Internacional. O país que, desde o século XV, teve grande parte da sua economia voltada à exploração dos recursos das suas colónias, teria de se adequar a uma nova realidade geopolítica. Desde o século XIX Portugal vinha passando por mudanças significativas no que tocava à sua política: A Revolução Liberal do Porto, em 1820, a implementação da primeira Constituição portuguesa e a declaração de Independência do Brasil, em 1822, e a Implantação da República Portuguesa em 1910 iniciaram o fim do projeto imperial colonial português estabelecido durante séculos. Apesar das tendências internacionais, este posicionamento português ainda persistiria até a segunda metade do século XX. Conforme aponta Teixeira (2011), o país manteve-se afastado, no que diz respeito à política externa, do quadro europeu, voltando-se mais às suas questões atlânticas (consequentemente na manutenção das suas colónias) e nas alianças com Reino Unido (aliado histórico) e com os Estados Unidos (preconizando a sua integração na OTAN/NATO).

Teixeira aponta que o período pós-revolucionário português teria sido marcado pela reformulação da política externa. Entre 1974 e 1986, Portugal assumiria a sua posição de país ocidental, mantendo o vetor atlântico, mas também assumindo a opção europeia.

“Agora, não mais com uma perspectiva estritamente económica e pragmática, como o Estado Novo, mas enquanto opção estratégica e projecto político. Em 1976, Portugal entra no Conselho da Europa. Em 1977 pede, formalmente, a adesão à Comunidade Europeia. E em 1985 assina o Tratado de Adesão. A partir

de 1 de Janeiro de 1986, Portugal torna-se membro de pleno direito da Comunidade Europeia” (Teixeira, 2011, p. 283).

No plano ideológico da política externa portuguesa, Macedo (1980) ressalta que o ano de 1976 foi marcado pelo afastamento do governo do Partido Socialista da retórica de não alinhamento, devido aos condicionamentos impostos pelo défice da balança de pagamentos ocasionados pelos anos anteriores. O país aproximar-se-ia, assim, formalmente do bloco capitalista e da Comunidade Económica Europeia.

A partir da década de 1980, Portugal, para além de se integrar estrategicamente aos demais países da Europa Ocidental, reforçaria os seus laços de amizade com o Brasil e os PALOP, com os quais decide desenvolver relações pós-coloniais em complemento às alianças no continente europeu. Teixeira afirma que as relações portuguesas, com a democratização, priorizam a multilateralidade da sua política, apontando a presença do país nas suas áreas de interesse estratégico: “a UE na Europa, a NATO no Atlântico e a CPLP para as relações pós-coloniais” (Teixeira, 2011, p. 285).

2.4.6. Brasil

Durante a maior parte da sua história, a política externa brasileira priorizou o pragmatismo, o nacionalismo e a multilateralização das suas relações internacionais. O posicionamento brasileiro, no entanto, em determinados momentos dependeu da sua aliança com os Estados Unidos ao longo do século XX. Este conferiu ao Brasil papel de destaque nas negociações regionais como na criação da Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1948 e na assinatura do Tratado Inter-americano de Assistência Recíproca (TIAAR) em 1947 (Fonseca, 2011).

Como consequência do alinhamento aos Estados Unidos, o Brasil viu as suas relações com os países socialistas enfraquecidas durante a ditadura militar de 1964 a 1984, chegando a romper relações diplomáticas com Cuba em 1964. Fonseca aponta que, apesar das pressões ideológicas estabelecidas pelo governo em exercício, o Itamaraty (Ministério das Relações Exteriores do Brasil) conseguiu manter certo grau de

autonomia e restabeleceu gradualmente a Política Externa Independente (PEI)¹³, criada em 1961, abrindo espaço para, por exemplo, a manutenção das relações comerciais com o continente africano. Foi ainda durante o período ditatorial que o país abriu-se para novas parcerias internacionais, contrariando, em parte, interesses dos Estados Unidos.

“Foi neste quadro que a política africana do Brasil também se redefiniu. No quadro regional foi assinado o Tratado da Bacia do Prata (Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai), com vista a promover a integração física daquela área” (Fonseca, 2011, p. 107).

Diferente do que se passaria entre as décadas de 1970 e 1980 em Portugal e nas suas ex-colónias em África, o Brasil não sofreu uma grande rotura na sua política externa com a redemocratização a partir de 1984. Fonseca (2011) aponta que o Itamaraty historicamente teve um papel independente com pouca participação direta dos presidentes da República na formulação das suas políticas e que somente após 1995 veria um ponto de viragem na participação do chefe do Poder Executivo.

A década de 1980, muitas vezes referida como a “década perdida” na América Latina foi um período desfavorável para a política brasileira. O país sentia os efeitos da crise petrolífera da década anterior, via aumento da sua dívida externa, a desvalorização da sua moeda, além de, internamente, observar a transição política e convocação da Assembleia Constituinte que criaria a Constituição de 1988. Neste contexto, o primeiro governo democrático, de José Sarney, adotou um discurso crítico ao posicionamento estadunidense na região. Apesar das recomendações dos parceiros norte-americanos, o Brasil reatou relações com Cuba, além de aprofundar os laços com a China, com a União Soviética, com o continente africano e com o Médio Oriente e fortalecer as relações com a Argentina e o Uruguai no campo regional. Como resposta à

¹³ A Política Externa Independente (PEI) foi criada em 1961 e tinha como princípio posicionar a política brasileira fora da bipolaridade Estados Unidos - União Soviética, visando manter relações externas de forma pragmática, e não ideológica, com países capitalistas, socialistas e não-alinhados.

desaprovação da política do Brasil na América do Sul, os Estados Unidos aplicaram-lhe sanções comerciais (Fonseca, 2011).

Apenas na década seguinte o Brasil tentaria uma reaproximação com os Estados Unidos, entendida como fundamental pelo governo de Fernando Collor de Mello para a liberalização da economia brasileira. Esse movimento, no entanto, não enfraqueceria os laços estabelecidos com os parceiros regionais. Viu-se como o resultado da articulação entre Brasil e Argentina, a criação do Mercado Comum do Sul (Mercosul) em 1991.

2.5. A integração dos países lusófonos no contexto político a partir do final do Século XX

No contexto da descolonização africana, a língua comum é apontada como um dos principais fatores de união entre as colónias portuguesas. Apesar de os processos de independência envolverem fatores nativos de naturezas distintas, o uso do português, inicialmente como língua franca e posteriormente como idioma imposto, facilitou a cooperação entre as colónias nos seus movimentos de independência a partir da década de 1950 (Rodrigues, 2019).

“Essa cooperação, na época da descolonização, é marcada pela criação de múltiplos foros internacionais com enfoque na luta pela independência dos PALOP, como o Movimento Anticolonial (MAC), nos últimos anos da década de 1950, a Frente Revolucionária Africana para Independência Nacional das Colónias Portuguesas (FRAIN), em 1960, e a Conferência das Organizações Nacionais de Libertação das Colónias Portuguesas (CONCP), em 1961”. (Rodrigues, 2019, p. 105).

Durante as décadas de 1970 e 1980, os países de língua oficial portuguesa passaram, de maneira geral, por processos de controlo da estabilidade interna por diferentes razões. Enquanto algumas das ex-colónias portuguesas em África enfrentaram guerras civis e disputas de grupos locais pelo estabelecimento das suas diretrizes políticas como nações independentes, Portugal reconstruía a sua política interna pós-Estado Novo e o Brasil

saía de um período ditatorial que culminou na promulgação de uma Carta Constitucional em 1988.

Um fator comum a todos foi a instabilidade económica na década de 1980. Se por um lado os PALOP tiveram que enfrentar um desafio inicial de estabelecimento de uma economia pós-colonial muito recente, no Brasil foram sentidos os efeitos da dívida externa acumulada desde a crise do petróleo na década de 1970. Já em Portugal, prevaleceria a necessidade de aproximação e integração na Comunidade Económica Europeia, entendida fundamental para a reestruturação económica, após o período ditatorial.

A visão de leituras sobre as relações entre os países de língua portuguesa aquando do fim da década de 1970 não parece demonstrar uma sólida intenção sobre a criação de uma comunidade que remeta à partilha de um património cultural comum. Macedo (1980) sublinha não haver grande interesse para tal, vista a conjuntura internacional de expansão da influência socialista no continente africano e, por conseguinte, nas nações lusófonas de maior relevância internacional da região (Angola e Moçambique). No contexto posto da Guerra Fria entre os blocos socialista e capitalista, a criação de uma comunidade de expressão portuguesa uniforme poderia ignorar, não somente a pluralidade entre os Estados africanos, mas também as diferenças entre as ex-colónias portuguesas entre si.

“Houve apenas uma reunião informal em Luanda dos cinco dirigentes das ex-colónias, em Junho de 1979, e caso o tema das relações com Portugal tenha sido abordado nessa reunião, ele não consta do relatório final” (Macedo, 1980, p. 15).

Macedo (1980) ressalta, ainda, uma disparidade entre os “Estados de vanguarda” (Angola e Moçambique) e as demais ex-colónias (Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe). De acordo com a sua leitura, as relações pacíficas entre os Estados equatoriais e a sua ex-metrópole diferiam amplamente dos outros dois que teriam fortes tensões no que diz respeito às relações com Portugal. Ainda de acordo com Macedo, o estabelecimento de uma relação externa próxima de Moçambique e Angola

com Portugal enfrentariam a resistência ideológica de governos, de acordo com a sua análise, influenciados pela posição soviética antiocidental.

Dadas as naturezas diplomáticas destes países, poderíamos identificar, ao menos, três principais polos de atores dentro do que seria, futuramente a CPLP: o Brasil, Portugal e os PALOP. De um lado do Atlântico, o Brasil historicamente adotava posturas pragmáticas na sua diplomacia que, em determinados momentos, se alinhava aos países não alinhados durante a Guerra Fria, através da Política Externa Independente (PEI), favorecendo não somente a integração regional, mas também a relação com outros aliados fora da América. No continente europeu, Portugal, apesar da mudança de estatuto dos seus territórios que deixavam de ser colónias e convertiam-se em Estados independentes desde o século XIX, priorizava-se o vetor atlântico para além da integração europeia, especialmente após 1975. No continente africano, a ligação histórica entre Cabo Verde e Guiné-Bissau e as relações desenvolvidas entre eles, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, favoreceram maior intercâmbio e aproximação entre si e entre os seus movimentos de libertação.

Na linha do tempo da integração dos países de língua portuguesa, podem ser apontados alguns momentos-chave que caminhariam para o reforço de uma cultura partilhada, segundo Bondoso (2013):

- Intenção da criação da comunidade Luso-Brasileira por D. João VI (século XIX);
- Tratado de Amizade e Consulta entre Portugal e Brasil (1953);
- Adoção da política externa brasileira terceiro-mundista em favor dos movimentos de libertação em África;
- I e II Congressos da Cultura Portuguesa (1964 e 1966) com a consequente criação da Academia Internacional da Cultura Portuguesa e da União das Comunidades da Cultura Portuguesa;
- Convenção sobre Igualdade de Direitos e Deveres entre Brasileiros e Portugueses (1972);
- Acordo Geral de Cooperação entre Portugal e Angola (1978)

- Criação do “Grupo dos Cinco” entre os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (1979)

No entanto, a partir das Guerras Coloniais nas décadas de 1960 e 1970, a sociologia lusotropicalista, presente na interpretação da herança colonial tanto no Brasil como em Portugal, passaria a ser contestada, passando por uma revisão crítica. A integração lusófona deveria passar pela discussão do colonialismo entre os potenciais membros de uma comunidade, conforme aponta Mota (2009) *apud* Bondoso (2013).

Do lado português, a intenção de se estabelecer uma comunidade seria aprofundada efetivamente a partir de 1983 por iniciativa do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros Jaime Gama, propondo a criação de cimeiras rotativas que pudessem descentralizar o diálogo entre países lusófonos. Como parte das tentativas de aproximação com os PALOP, Portugal teria um papel importante de interlocução na Convenção de Lomé III¹⁴. A partir de 1986, membro da Comunidade Económica Europeia, este país poderia utilizar a sua posição para apoiar os países africanos lusófonos e ampliar a cooperação PALOP-CEE.

Segundo Bondoso (2013), apesar de haver intenções da formalização da aproximação entre o governo português no campo externo com os PALOP, a conjuntura internacional ainda não favoreceria a sua execução. Apesar de haver demonstrações da criação de uma comunidade de Estados lusófonos, a influência dos países socialistas em África ainda se mostrava presente e a redemocratização seria alcançada nos primeiros anos da década de 1990, enquanto o Brasil reestruturava o seu governo e economia pós-ditadura. A redefinição do ordenamento geopolítico mundial com a desintegração da União Soviética e a reabertura da China iniciaria um novo período dentro do Sistema Internacional que, de certa forma, se veria refletido em blocos diversos como a CPLP.

¹⁴ A Convenção de Lomé foi uma série de encontros que tiveram como objetivo o estabelecimento de acordos comerciais entre a Comunidade Económica Europeia e os países da ACP (África, Caribe e Pacífico). Para mais informações sobre os acordos, pode-se consultar “As convenções de Yaoundé e de Lomé como primeiros acordos de cooperação entre os continentes europeu e africano” de Faria, Rachel (2015).

As iniciativas referidas anteriormente culminariam no primeiro encontro de chefes de Estado de países de língua portuguesa em 1989, o que seria considerado como o estágio embrionário da criação da CPLP.

Lopes e Santos (2006) *apud* Bondoso (2013) reforçam que haveria divergências no processo de estabelecimento formal de uma comunidade. Num primeiro esforço, a diplomacia portuguesa teria rejeitado algum protagonismo do Brasil no projeto, “o que, obviamente, desagradaria a Estados como Angola e Moçambique que, pela sua pluralidade étnica e linguística própria, não se reviam como povos de expressão ou de língua portuguesa” (Lopes e Santos, 2006 *apud* Bondoso, 2013, p. 94).

Após algumas demonstrações públicas de divergências políticas, especialmente por parte dos governos brasileiro e português, no que tange à formação e às figuras de liderança dentro da futura Comunidade de Países de Língua Portuguesa, e encontros dos chefes de Estado em diferentes ocasiões entre 1993 e 1996, foi realizada a Cimeira Constitutiva da CPLP a 17 de julho de 1996 em Lisboa. Bondoso ressalta que um dos desagradados à diplomacia brasileira no processo do estabelecimento da comunidade foi a escolha de um Secretário Executivo de acordo com um critério alfabético.

Cabe lembrar que, no mesmo período, Angola via a escalada da guerra civil no país, que terminaria apenas em 2002. Dada a sua natureza, o país via-se num momento de reformulação interna, a fim de estabelecer as suas próprias estruturas, o que foi alegado pelo Brasil como fragilidade para liderar o processo de estabelecimento inicial da CPLP (Bondoso, 2013).

“(...) O período pós-eleições de 1992, (...) se viu marcado pelo reacender da guerra civil no país e findaria no histórico 2002, ano do fim do conflito e do início da reconciliação nacional (1992-2002), incluindo o complexo processo de reconstrução do país levado a cabo, num quadro regional e global, pelo Presidente José Eduardo dos Santos e do Governo do MPLA, com destaque para as políticas que, a nível interno promoveram a reposição de municípios, a criação de uma estrutura administrativa, o reconhecimento das autoridades

tradicionais, a projecção de forças policiais e militares no conjunto do território, ou seja, o monopólio de forças pelo Estado Angolano” (Bembe, 2016, p. 30).

Enquanto Angola e Moçambique enfrentavam os efeitos de guerras civis (no caso de Moçambique, finalizada oficialmente em 1992 e em Angola ainda em processo), o Brasil buscava, no início da década de 1990, o seu reposicionamento no cenário internacional. No contexto regional, procurava obter posição de destaque dentro da América Latina (e, em especial no Cone Sul, através da união aduaneira que ficou estabelecida como o Mercosul) e, no ambiente global, decidiu adotar um multilateralismo pragmático.

“Nesse quadro, algumas opções encontradas foram investir na integração regional e no multilateralismo e, de uma forma geral, procurar construir novas alianças, em especial com os países em desenvolvimento.” (Sato, 2020, p. 72)

Segundo Boniface *apud* Bondoso (2013), a construção dos espaços geopolíticos mundiais estão diretamente ligados a influências linguísticas e culturais, o que nos remete ao conceito de *soft power* de Nye.

“O conceito de soft power (...) é definido fundamentalmente como uma capacidade persuasiva de poder, ou seja, a capacidade de um Estado obter algo através de um efeito de atracção e não por coerção ou pagamento, e assenta fundamentalmente no potencial atractivo da universalidade da cultura de um país, dos valores políticos, e das suas políticas.” (Lobo-Fernandes, 2005, p. 169)

Bondoso (2013) explica como a influência cultural pode ter um papel relevante na geopolítica para além de somente o uso do *soft power*¹⁵, mas sem o descartar nas relações externas, mencionando, como exemplo, a atuação da Francofonia como um facilitador dos acordos entre o Estado francês e as suas ex-colónias. Menciona como a cooperação cultural, económica financeira e militar assenta-se na existência de uma

¹⁵ Para uma leitura específica sobre a importância do soft power nas relações entre os Estados, recomenda-se a leitura de “Soft Power: the Means to Success”, de Joseph Nye (2004).

cultura partilhada, ainda que se argumente haver desigualdades na relação de troca entre França e o resto da comunidade francófona.

No caso dos países lusófonos, no entanto, percebe-se que a difusão da língua não se mostra como prioridade nos planos de governo de cada membro de forma constante. Bondoso (2013) ressalta que não existe livre circulação da produção cultural entre os países de língua portuguesa. O autor cita, como exemplo, a diferença entre a redução constante do investimento nos canais de comunicação RTP (empresa portuguesa pública estatal de comunicação) e a TVE (grupo audiovisual estatal espanhol), que trabalha constantemente na promoção da cultura hispânica em âmbito internacional.

Na sua revisão sobre o papel internacional da Lusofonia, no contexto da globalização, Bondoso faz uma breve comparação da Lusofonia com os que chama de “dois modelos” de influência linguística: o hispanófono e o anglo-saxónico. Enquanto o inglês (e, por conseguinte, os países de cultura anglo-saxónica) é uma língua veicular de prestígio em escala internacional, o Espanhol têm ganho espaços importantes no cinema, na música e na literatura, firmando o castelhano e a hispanidade como conceitos na comunidade internacional. Obviamente estes dois modelos terão as suas especificidades, dificuldades internas e questões neocoloniais envolvidas, todavia estão presentes como conceito no imaginário coletivo dessas comunidades.

No espaço lusófono, não se pode considerar o mesmo, já que existiria atualmente uma concepção do português como uma língua periférica. Mata (2009) *apud* Bondoso (2013) ressalta a dificuldade que via na circulação de literatura dentro dos países da CPLP no que se refere como “dupla periferia”. Segundo a autora, os PALOP, mesmo entre si, colocariam as suas obras no espaço da “periferia da Lusofonia” se comparados à produção portuguesa ou brasileira. “Há muita coisa boa da literatura moçambicana que não chega a Angola e vice-versa. Em Portugal ninguém conhece os escritores guineenses e para um são-tomense ir a Angola é um inferno” (Mata *apud* Bondoso, 2013 p. 81)

3. A Lusofonia como um património plural compartilhado

Ao longo dos séculos, a construção do que seria chamado atualmente Lusofonia reflete o entrelaçamento de diversos povos de diferentes origens. Desde o surgimento das línguas galaico-portuguesas ao estado atual do idioma nos países-membros da CPLP, uma das características mais presentes onde o português ganhou protagonismo é a incorporação constante de aspetos culturais de povos de origens distintas. Na sua reflexão sobre a evolução da Lusofonia sob o ponto de vista da questão no Brasil, Bastos (2022) sublinha:

“Desde a Lusitânia, foram-se misturando os celtiberos, seguidos dos godos, visigodos, vândalos, saxões, chamados bárbaros no século V, e, ainda, os árabes, no século VIII. Assim, também herdamos uma formação multicultural dos nossos colonizadores quinhentistas que formaram no Brasil uma miscigenação de europeus portugueses, índios nativos sul-americanos, escravos africanos e demais imigrantes (em meados do século XIX e na primeira metade do século XX: portugueses novamente, e italianos, espanhóis, japoneses e alemães; após a Primeira Guerra (1914-1918): poloneses, judeus e russos e após a Segunda Guerra (1939-1945): chineses, bolivianos e coreanos)”. (Bastos, 2022, p. 22)

A autora utiliza a construção histórica da língua como fator determinante para o que chama de caráter multicultural e pluricêntrico¹⁶ da língua portuguesa, apoiando-se no conceito de Brito (*apud* Bastos, 2021).

Pode-se colocar em questão a forma através da qual o idioma foi incorporado aos territórios colonizados, mas não se pode negar a transformação decorrente do intercâmbio cultural provocado pela expansão da Lusofonia, que carrega consigo não apenas a língua, mas também as linguagens, modos de pensar individual e socialmente

¹⁶ No debate em seu estudo, Bastos aponta que as línguas pluricêntricas são aquelas que têm estatuto oficial em distintos Estados Nacionais, abrange múltiplas variedades dialetais (reconhecida pelos falantes de outras variedades) e dispõe de normas e mecanismos regularizadores (Bastos, 2021).

intrínsecos àqueles que a partilham. Bondoso (2013) comenta a análise do sociólogo e antigo presidente do Brasil Fernando Henrique Cardoso sobre as nuances subjetivas intrínsecas à cultura lusófona em menção a Sérgio Buarque de Holanda:

“Embora não tenha negado a importância da gesta portuguesa, dizendo que a ‘ética aventureira’ dos nossos colonizadores teria sido ‘o elemento orquestrador por excelência’ da diversidade brasileira, não deixa de mencionar o passivo que julga haver sido deixado também pela cultura portuguesa, traduzido no viés antidemocrático da ‘mentalidade cordial’, no apego ao personalismo, nos critérios demasiado subjetivos presentes ainda hoje nas relações sociais e na ordem política” (Cardoso 2008 *apud* Bondoso, 2013, p. 83),

Se por um lado, a Lusofonia pode funcionar como o motor de uma cultura compartilhada, por outro o histórico de imposição do uso da língua pode trazer ressalvas por parte de povos que a observaram como instrumento de supressão colonial, conforme menciona Severo (2016):

“Apesar dessa proposta otimista, defende-se que no âmbito das relações de poder, a lusofonia tem operado como uma arena de lutas e tensões políticas recheada de memórias coloniais delicadas, em sintonia com a avaliação feita pelo escritor moçambicano Mia Couto (...): ‘A adesão moçambicana à lusofonia está carregada de reservas, aparentes recusas, desconfiadas aderências’”. (Severo, 2016, p. 1322).

Em semelhante comparação, Machado (2000) *apud* Bondoso (2013), cita que a Lusofonia representaria um pensamento fantasioso daqueles que utilizariam este conceito como ferramenta neo-colonialista sobre povos cuja primeira língua não é o português, nomeadamente os africanos.

A partir dessas considerações, pode-se observar que a expansão da Lusofonia pode compreender aspetos agregadores entre povos de diferentes matrizes, contudo pode

aprofundar as diferenças entre os seus atores a depender da abordagem da interpretação da sua utilidade.

3.1. A Comunidade dos Países de língua portuguesa

Apesar de haver existido, ao longo da história do século XX, manifestações a favor da criação de um foro de cooperação entre os países de língua portuguesa, a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), tal como foi estabelecida em 1996, teve a sua origem mais concreta a partir do primeiro encontro de Chefes de Estado e de Governo dos sete países existentes à época (à exceção do Timor-Leste), em 1989, na cidade de São Luís, no Brasil. Nesse mesmo ano, dar-se-ia a proposição da criação do Instituto Internacional da língua portuguesa (IILP), cuja sede estaria futuramente sediada na cidade de Praia, em Cabo Verde (Bondoso, 2013).

Constituída por 9 países (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste), a CPLP é uma organização internacional formada a 17 de julho de 1996, na cidade de Lisboa, cujo objetivo é a cooperação entre os seus membros em diversas áreas, incluindo política, económica, cultural, científica e tecnológica (MEC Brasil, 2020). Dos países mencionados, apenas Timor-Leste e a Guiné-Equatorial tiveram a sua entrada admitida após a sua fundação (Timor-Leste em 2002, como nação independente, e a Guiné Equatorial em 2014).

Na sua declaração constitutiva, a CPLP considera a realidade plurinacional da organização, identificada pelo idioma comum dos seus membros, cujos objetivos centram-se na afirmação internacional conjunta e no reforço da solidariedade, fraternidade e cooperação, “conjugando iniciativas para a promoção do desenvolvimento económico e social dos seus Povos e para a afirmação e divulgação cada vez maiores da língua portuguesa”. (CPLP, 1996). Ressalta-se que o vínculo entre os povos dá-se através da centralidade do idioma no seu desenvolvimento.

De acordo com as informações disponíveis na sua página web¹⁷, a organização apresenta-se como um foro de amizade e cooperação entre os seus membros e tem os seguintes órgãos na sua estrutura:

- A Conferência de Chefes de Estado e de Governo: instância deliberativa integrada pelas autoridades máximas dos seus países, reúne-se a cada dois anos ou extraordinariamente quando convocada por dois terços dos membros;
- O Conselho de Ministros: formado pelos ministros das Relações Exteriores e Negócios estrangeiros, reúne-se anualmente ou extraordinariamente se solicitado por dois terços dos membros. O Conselho elege presidentes cujo mandato é de um ano de forma rotativa e responde à Conferência de Chefes de Estado e de Governo;
- O Comité de Concertação Permanente: é coordenado pelo país que ocupa a presidência do Conselho de Ministros e reúne-se mensalmente na sede da CPLP em Lisboa (ou extraordinariamente sempre que necessário);
- O Secretariado Executivo: órgão responsável por implementar as decisões da Conferência, Conselho e Comité. O Secretário Executivo é eleito de forma rotativa para mandatos de dois anos, renovável por igual período;
- As Reuniões Ministeriais Setoriais: são formadas por ministros e secretários de Estado dos países membros e são responsáveis pela coordenação das ações de cooperação nos suas áreas governamentais;
- A Reunião dos Pontos Focais da Cooperação: é coordenada pelo país que ocupa a Presidência do Conselho de Ministros e reúne os responsáveis pela coordenação da cooperação no âmbito da CPLP. A sua principal atribuição é assessorar os demais órgãos no que diz respeito à cooperação para o desenvolvimento. Devem-se reunir duas vezes por ano ou extraordinariamente se solicitado por dois terços dos membros;

¹⁷ Os órgãos descritos foram estabelecidos em diferentes períodos: em 1996, na criação da Comunidade; em 2002 na IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo; em 2005, no X Conselho de Ministro e em 2007, XII Conselho de Ministros. A informação está disponível em <https://www.cplp.org/id-2763.aspx>.

- O Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP): tem com objetivo a planificação e promoção difusão da língua portuguesa;
- A Assembleia Parlamentar: reúne os representantes parlamentares dos países membros e é constituída com base nos resultados eleitorais das eleições legislativas de cada país;

A partir de 1998, a CPLP definiu, na II Conferência de Chefes de Estado e de Governo, o seu Acordo Geral, a partir do qual foi acordado que a organização implementaria programas e projetos de cooperação conjuntos. Através de reuniões com pontos focais, os grupos de trabalho fariam análises técnicas das necessidades discutidas no coletivo dos países integrantes, com a proposição, coordenação e execução de programas de cooperação. Ficou ressaltado, nesse acordo, que quaisquer decisões do órgão não se poderiam sobrepor a acordos bilaterais ou multilaterais utilizados pelos seus signatários (CPLP, 1998). No contexto da existência de blocos regionais, os objetivos da CPLP poderiam entrar em conflito com os de outras organizações intergovernamentais regionais como a SADC, o Mercosul, a União Europeia ou mesmo os BRICS?

Jerónimo (2018) faz uma leitura sobre a análise dos avanços da CPLP nos seus primeiros 20 anos (de 1996 a 2016) e denota não haver um consenso académico sobre o êxito na integração entre os seus membros, já que, enquanto alguns analistas acreditam haver um entusiasmo virtual maior do que a aplicação prática de programas e projetos, outros acreditam que os avanços no estabelecimento da comunidade como plataforma para a cooperação e promoção da língua portuguesa provaram o seu valor. Contudo ressalta que é notável um elemento comum nos discursos de Chefes de Estado e de Governo e de analistas políticos: não se comentam, por norma, avanços concretos e enfatiza-se a vocação para o futuro (como se em 20 anos ainda se tratasse de um projeto em fase preliminar).

A autora ainda ressalta a possibilidade de os Estados-membros estarem voltados aos seus grupos regionais em detrimento da sua participação ativa na CPLP.

“Uma explicação para esta falta de entusiasmo pode ser o facto de a CPLP se situar numa zona de intersecção entre vários processos de integração regional. Todos os Estados-Membros africanos integram igualmente a União Africana, para além de integrarem organizações regionais como a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), de que fazem parte Angola e Moçambique. O Brasil tem como prioridade a pertença ao Mercosul e Portugal não disfarça a sua preferência europeia. Timor-Leste, admitido como Estado-Membro da CPLP quando se tornou independente, em 2002, tem concentrado os seus esforços diplomáticos na admissão como membro da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN)” (Jerónimo, 2018, p. 9).

Em sua análise sobre os 20 primeiros anos da organização, Cahen (2015) faz uma revisão sobre os avanços em diversas áreas. Para tal, apresenta um resumo das reuniões ministeriais setoriais entre 2002 a 2015 e conclui que há poucos avanços nas áreas de economia, comércio, pesca e finanças. No entanto, é possível perceber maior efetividade na discussão e proposição de resoluções relativas a outras áreas como defesa, desporto, cultura, educação e ciência.

Tabela 1 – Reuniões ministeriais setoriais da CPLP, 2002-2015

Setores	Reuniões ministeriais	Outras reuniões e reparos
Defesa	15	A 11ª, em Luanda sobre a situação na Guiné-Bissau, 28 de Maio de 2009
Justiça	13	
Trabalho e assuntos sociais	12	As reuniões incidiram em particular sobre a questão do trabalho infantil. A CPLP conjuntamente com a OIT, propuseram a celebração do 12 de Junho como “Dia internacional contra o trabalho infantil”.
Desporto	9	1 reunião extraordinária e 5 conferências sobre “Juventude e desporto”.
Cultura	9	1 reunião extraordinária
Educação	8	2 reuniões extraordinárias, cuja última (2015) decidiu sobre um “Relatório de Estatísticas da Educação da CPLP”.

Turismo	7	
Ciência	6	A 6ª adotou um “Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no Domínio da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior 2014-2020”.
Ambiente	5	
Agricultura	5	1 reunião comum com a FAO.
Telecomunicações	4	
Saúde	3	2 reuniões extraordinárias e uma reunião especial sobre mulheres e HIV; elaboração de um “Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP”.
Assuntos do Mar	3	A 1ª adotou a “Estratégia da CPLP para os oceanos”; a 3ª incidiu sobre a “Economia azul”.
Administração interna	3	1 reunião de altos funcionários.
Igualdade de gênero	2	
Finanças	2	A 2ª tomou posição contra a dupla imposição de empresas dentro da CPLP
Energia	1	Na 1ª reunião, a 23 de Junho de 2015, em Cascais: criação da rede de energia da CPLP e apoio a Timor contra a Austrália para a delimitação das zonas marítimas
Comércio	1	
Administração pública	1	
Propriedade industrial	–	
Pesca	–	
Economia e empresas	–	Várias reuniões profissionais.
Assuntos parlamentares	–	

Fonte: Cahen (2015, pp. 70-71)

Do ponto de vista institucional da CPLP, a organização faz uma revisão dos marcos orientadores para a Cooperação.

Tabela 2 – Marcos da Cooperação da CPLP (1996-2019)

Ano	Documento	Resumo
1996	Estatutos da CPLP	Consagra os princípios de promoção do desenvolvimento e cooperação entre os EM com o objetivo de "promover as práticas democráticas, boagovernança e respeito pelos Direitos Humanos".
2005	Resolução sobre a Coordenação das Reuniões Ministeriais	Recomenda que as Reuniões Ministeriais se dotem de mecanismos permanentes de coordenação e acompanhamento que assegurem a preparação e a organização das reuniões, assim como o seguimento das deliberações em ligação com o Secretariado Executivo da CPLP.
2006	Estratégia Geral de Cooperação na CPLP	Reconhece o grau de complexidade da cooperação internacional e recomenda o alinhamento da cooperação da CPLP com os Objetivos deDesenvolvimento do Milénio.
2009	Cooperação na CPLP - Uma visão Estratégica de Cooperação pós-Bissau	Aponta para o reforço dos instrumentos orientadores da Cooperação daCPLP e para a adoção de Planos Estratégicos de Cooperação.
	Quadro Orientador das Reuniões Ministeriais da CPLP	Recomenda a harmonização dos Regimentos Internos das Reuniões Ministeriais com os Estatutos e práticas da CPLP, para melhor articulaçãoentre as Reuniões Ministeriais e os restantes Órgãos da CPLP.
2011	Revisão do Regimento do Fundo Especial da CPLP	Instrumento dedicado ao apoio financeiro das atividades que promovam os objetivos gerais da Comunidade, em conformidade com os seus Estatutos, que é construído por contribuições voluntárias, públicas e privadas.
2012	Resolução sobre a Coordenação entre STP das Reuniões Setoriais e Órgãos Políticos e Executivos da CPLP	Recomenda a apresentação regular de relatórios de atividades dos Secretariados Técnicos Permanentes ao Comité de Concertação Permanente.
2013	Agenda do Desenvolvimento pós-2015	Incita ao debate e à concertação entre os EM da CPLP, sobre o processo negocial para a definição do que viria a ser a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.
	Resolução sobre o Reforço da Concertação entre a CPLP e Agências Internacionais de Desenvolvimento	Reforça o diálogo e partilha de boas práticas sobre políticas globais de desenvolvimento com organizações multilaterais, com as quais esse diálogo ainda não tenha sido formalizado.

2014	Planos Estratégicos de Cooperação Setorial da CPLP	Reconhece a necessidade de contínuo aprimoramento da capacidade técnica das diferentes estruturas de acompanhamento e monitorização dos Planos Estratégicos de Cooperação Setorial, nomeadamente dos STP das Reuniões Ministeriais Setoriais, para o reforço no grau de implementação das atividades deles decorrentes.
2015	Cooperação na CPLP - Uma visão Estratégica no pós-2015	Consubstancia a contribuição dos Pontos Focais de Cooperação da CPLP e do Secretariado Executivo para as atividades do "Grupo de Trabalho Visão Estratégica da CPLP".
2016	Nova Visão Estratégica da CPLP	Projeta a atividade da Organização no sentido de a tornar mais integrada e sistémica, por um período de 10 anos.
	A CPLP e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável	Aprofunda a cooperação no âmbito da CPLP com vista a apoiar a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.
2018	Reforçado Enquadramento Estratégico da Cooperação da CPLP	Reconhece a necessidade de reforçar a harmonização e articulação global do pilar da Cooperação.
2019	Orientação Estratégica da Cooperação da CPLP	- Aprova o Documento Estratégico de Cooperação 2020-2026, consolidando a Estratégia para Cooperação da CPLP para o período 2020- 2026, materializando as reflexões sobre o Reforço do Enquadramento Estratégico da Cooperação da CPLP (tidas entre 2016 e 2019). - Aprova o Regimento da Reunião de Pontos Focais de Cooperação (RPFC), reforçando o seu papel de coordenadores das atividades de cooperação no âmbito da CPLP e o papel da RPFC como órgão de assessoria aos demais órgãos em todos os assuntos relativos à cooperação para o desenvolvimento no âmbito da CPLP.

Fonte: Manual da Cooperação da CPLP (CPLP, 2021)

Cahen (2015) compara a atuação da CPLP à Commonwealth, indicando a complexidade da heterogeneidade entre os povos dos países membros, a carência de recursos financeiros que sustentem a sua intenção inicial, e a diferença entre as formas como os seus membros a reconhecem. Faz ainda uma comparação entre os conceitos que chama de “Lusofonia” e “Lusitanidade”.

“No momento da criação da CPLP em 1996, a confusão entre lusofonia e lusitanidade era quase generalizada nas declarações de portugueses entusiásticos e do pequeno sector brasileiro que se interessou pela CPLP, o que incomodava fortemente os dirigentes e intelectuais africanos que afirmavam, sim, falar português mas não serem ‘lusófonos’. Para estes, a ideologia da lusofonia não era mais do que a versão contemporânea do lusotropicalismo de Gilberto Freyre adaptado por Salazar e Caetano” (Cahen, 2015, pp. 74-75).

Não se pode dizer, no entanto, que a organização não tenha tido avanços significativos no campo da Cooperação, como se pode ver na própria lista de marcos orientadores elaborada pela organização no seu manual (CPLP, 2021). No âmbito da cultura, por exemplo, podem ser citados alguns êxitos como a criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (2002), do Observatório da Língua Portuguesa (2008), do Festival de Cinema da CPLP (2005) e da Rede de Museus da CPLP (2019).

3.2. Os caminhos mais recentes da Lusofonia

A década de 2010 pode ser apontada como um ponto de viragem para a Lusofonia. A integração entre os países lusófonos a partir desse período vem a ser analisada a partir de diversas perspectivas, incluindo aspetos políticos, económicos, culturais e sociais.

Do ponto de vista institucional, a CPLP intensificou as suas atividades. A criação do IILP em 2002 e o estabelecimento da Assembleia Parlamentar em 2007 abriram caminhos para o avanço pragmático dos objetivos iniciais da organização. A entrada da Guiné Equatorial em 2014 como membro pleno também foi um marco, apesar de algumas controvérsias devido à situação dos direitos humanos no país.

A viragem, no entanto, revela que, a partir do ingresso da Guiné Equatorial, a dimensão económica da organização pode vir a ser posta como prioridade à frente dos eixos político e cultural. Este país não compartilha da mesma história colonial lusófona, o que fora o critério inicial para a adesão dos seus membros e ponto comum para o estabelecimento da comunidade (Jerónimo, 2018).

Ainda no que diz respeito ao fortalecimento da institucionalidade do órgão entre os países membros, o Plano de Ação de Lisboa (CPLP, 2014), define as diretrizes e prioridades para a cooperação entre os Estados membros da CPLP em várias áreas de interesse comum, dentre as quais o fortalecimento da língua portuguesa como veículo de comunicação e identidade cultural comum, com a promoção da sua disseminação e padronização. No âmbito da promoção e cooperação cultural, destacam-se a mobilidade acadêmica (através da manutenção e criação programas de intercâmbio estudantil e docente), a proteção do património cultural lusófono e difusão cultural nos Estados-membros e o estímulo às indústrias criativas e culturais como motores de desenvolvimento económico e social.

No que tange à promoção e difusão da língua portuguesa, as políticas da CPLP e do IILP enfrentam preocupações acerca da metodologia do ensino do idioma, seja como língua materna ou como segunda língua/língua estrangeira. No âmbito do ensino do português como língua estrangeira, Jerónimo (2018) sublinha a falta de consenso sobre a aplicação e aceitação dos testes de proficiência, mencionando que os dois modelos existentes, Celpe-Bras (teste brasileiro de proficiência em língua portuguesa) e o QuaREPE (teste português) divergem quanto às suas metodologias e reconhecimento institucional entre os países-membros da comunidade.

Verifica-se, portanto, a influência do mercado económico sobre a circulação de bens culturais e uma aparente hierarquização dentro do espaço lusófono. Ao mesmo tempo em que a CPLP tem como premissa a igualdade e a fraternidade entre os seus membros, é notável o desequilíbrio dentro do bloco. Se por um lado o Brasil tem a maior população e economia, logo naturalmente o maior mercado cultural e literário, por outro percebe-se a resistência da entrada de obras portuguesas e africanas na realidade brasileira. Da mesma forma, o mercado português absorve, mais frequentemente, obras de escritores africanos quando estes são lusodescendentes. “Assim, a circulação da obra artística é fortemente influenciada por regras políticas e econômicas que definem o que vale a pena ser lido ou não, ou o que é literatura de boa qualidade ou não” (Jerónimo, 2018, p. 1330).

4. A Agenda 2030

No que tange à cooperação internacional, o ano de 2015 foi marcado pela criação dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)¹⁸. A 70ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) definiu, nesse ano, uma agenda internacional que priorizasse o desenvolvimento sustentável mundial em torno de 5 princípios para os 15 anos seguintes: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Parcerias e Paz. Os ODS, também conhecidos como Agenda 2030 foram criados a partir do que não se conseguiu alcançar nos 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)¹⁹, em vigor de 2000 a 2015.

De acordo com o Departamento das Nações Unidas para Assuntos Económicos e Sociais, a materialização da Agenda 2030 reflete o esforço de cooperação global ao longo de fóruns de discussão aprofundados a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UN-DESA), também conhecida como Eco-92, realizada em 1992, no Rio de Janeiro. A Agenda 21, adotada por 178 países como resultado da conferência, foi considerada como uma das primeiras tentativas globais de se encontrar uma parceria mundial para o desenvolvimento (UN-DESA, 2015).

A partir das proposições e resultados da Eco-92, a UN-DESA trabalhou na elaboração de uma série de ações que culminaram na elaboração dos ODS em 2015, desde a revisão da Agenda 21, até a elaboração e análise de resultados dos ODM, passando por uma série de cimeiras, relatórios e proposições até o estado atual da Agenda 2030.

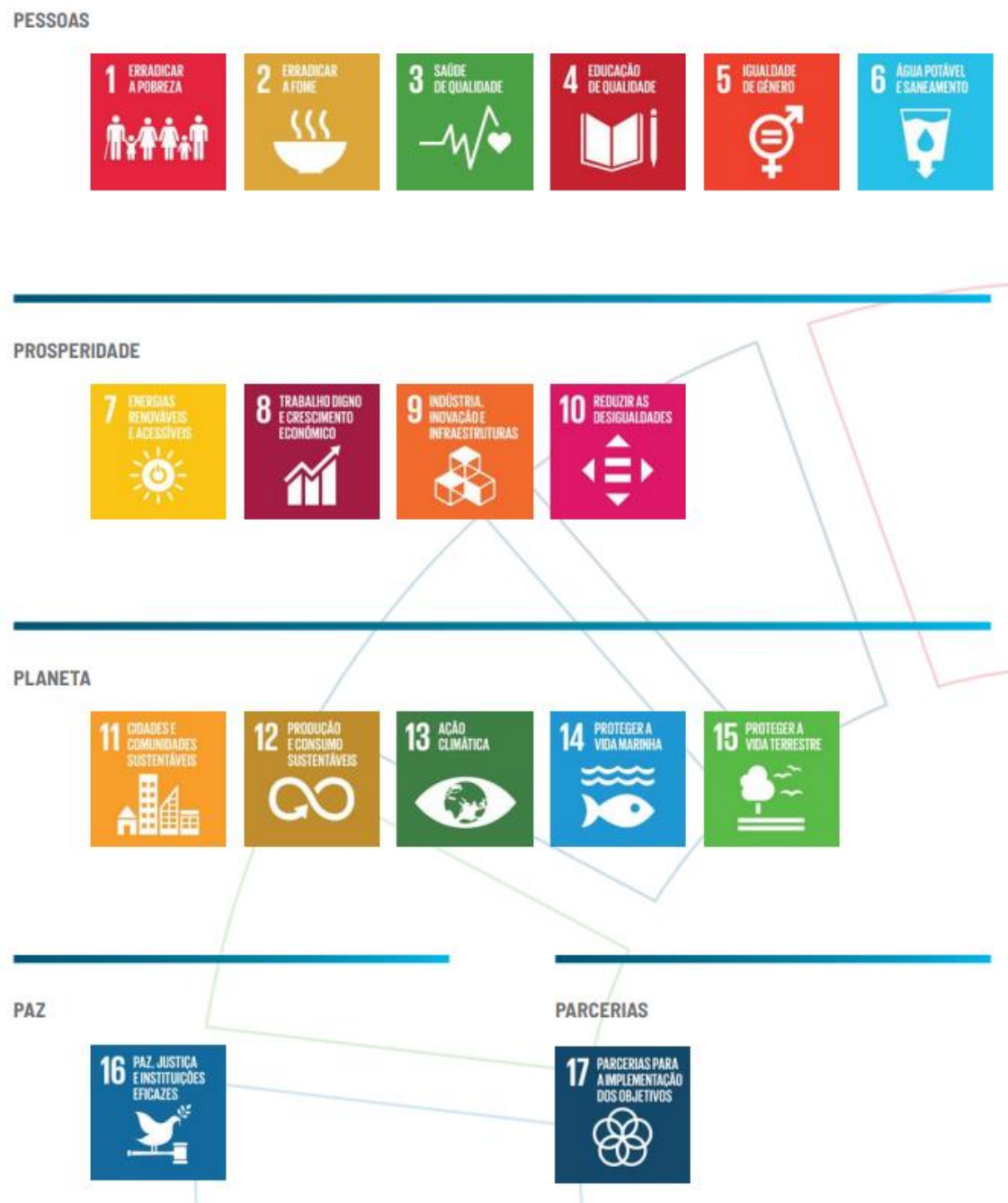
Relativamente ao âmbito da cultura, o assunto surge mencionado de forma direta no ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e, de maneira transversal, pode ser

¹⁸ Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável englobam as mais diversas áreas do desenvolvimento das comunidades, cujo objetivo final é criar uma atmosfera de prosperidade global sustentável. O programa pode ser consultado em detalhes na página web oficial do Departamento das Nações Unidas para Assuntos Económicos e Sociais: <https://sdgs.un.org/goals>.

¹⁹ Os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio foram definidos a partir de cimeiras realizadas ao longo da década de 1990 e tinham como objetivo final a erradicação da extrema pobreza e o desenvolvimento humano.

observado noutros aos quais o tema está relacionado. Luderer (2021) avalia as potencialidades da inclusão do aspeto cultural ao longo de outros ODS que não a tenham como ponto focal, mas que de alguma forma esteja relacionada.

Figura 1- Os 5 eixos e os ODS da Agenda 2030



Fonte: ABC dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Silva, 2020)

“Diante de uma análise mais ampla dessa agenda, confere-se que muitos dos ODS salvaguardam outras frentes discursivas que permeiam a cultura (...) Nota-se alguns exemplos quando se pontua nos ODS alguns temas vinculados às questões do patrimônio, das indústrias criativas e das práticas de inovações. A cultura também é permeada quando se apresenta na agenda os aspetos vinculados ao conhecimento da comunidade ou aos planos da saúde e da educação, por exemplo” (Luderer, 2021, p. 195)

Maraña e Revert Roldán (2020) fazem o rastreio da cultura na Agenda 2030. Observam, na sua leitura acerca da relevância do patrimônio para os ODS que, além do Objetivo 11, o tema é mencionado nas metas 4.7 (a valorização da diversidade cultural e o contributo da cultura para o Desenvolvimento Sustentável) e 8.9 (elaborar e colocar em prática políticas destinadas ao turismo sustentável que promovam a cultura). Os autores, no entanto, fazem uma ressalva quanto à restrição da compreensão sobre a importância da cultura na Agenda do Desenvolvimento Sustentável ao campo do turismo:

“Mientras quienes nos dedicamos a la cultura integraríamos su amplia diversidad de expresiones en innumerables lugares dentro de esta agenda mundial del desarrollo, el acuerdo internacional entre Estados volvió a vincular la cultura básicamente con el turismo y a señalar su potencialidad, junto con otras muchas variables, para una educación más integral” (Maraña e Revert Roldan, 2020, p. 183)

Para a compreensão material deste estudo, faz-se relevante procurar entender quais são as métricas e/ou indicadores que demonstrem a efetividade das ações relativas à cultura nos ODS, especialmente no que se refere à Lusofonia. Dentre as resoluções da Declaração de Brasília (CPLP, 2016) da XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, foi saudada a vigência da Agenda 2030 e aprovou-se a Declaração sobre a CPLP e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. O tema, contudo, não se mostrou aprofundado pela organização nas suas reuniões temáticas/focais.

Pode-se observar que cada país da Comunidade Lusófona apresenta indicadores próprios para os ODS²⁰, no entanto, não se verificam diretrizes coordenadas entre os Estados-membros da CPLP para tal fim. Questiona-se, portanto, se a Cooperação para o Desenvolvimento no campo da Lusofonia estaria de acordo com a Agenda 2030, ao menos no que diz respeito a uma cultura partilhada imaginada.

4.1. Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11.4: Proteção do patrimônio cultural e natural mundial para Cidades e Comunidades Sustentáveis

Dividido em 7 objetivos finais, o ODS 11 faz a referência mais explícita da Agenda 2030 aos aspetos culturais do Desenvolvimento. Enquanto os ODM não apresentavam menções diretas à cultura, o ODS 11.4 revela a importância da manutenção da cultura para o desenvolvimento sustentável.

Denominado como “Strengthen efforts to protect and safeguard the world’s cultural and natural heritage” (UN-DESA, 2015), o ODS 11.4 busca a proteção do património material e imaterial na construção das comunidades. Refere-se à cultura como elemento fundamental na Agenda do Desenvolvimento Sustentável.

Acerca desta meta, Maraña e Revert Roldán (2020) sublinham que, apesar de o ODS 11 ser o único que menciona o desenvolvimento do património cultural e natural mundial, surgem dúvidas quanto ao facto de o tema ser mencionado diretamente apenas no ODS que se relaciona às cidades e comunidades. Através da sua análise, entendem que a visão acerca do património pode estar limitada a um foco restrito.

“En ningún momento de la redacción este patrimonio se vincula con la sociedad, con las personas, ni se incluyen en la meta componentes que pudieran ayudar a

²⁰ Na sua secção relativa à Agenda 2030, a página web da CPLP apresenta os Relatórios Nacionais Voluntários sobre a implementação dos ODS de Angola, Brasil, Portugal e Cabo Verde. Não há, no entanto, menções a atividades conjuntas acerca do tema.

verlo desde un enfoque en derechos (...) Consideramos, por tanto, que esta meta 11.4 mantiene una visión patrimonial poco avanzada y limitada y que, sobre todo, sigue viendo al patrimonio —cultural y natural— como un instrumento más, especialmente para tener unas ciudades y asentamientos humanos agradables, pero que no resume las potencialidades que el patrimonio puede tener con respecto al desarrollo humano y al desarrollo sostenible” (Maraña e Revert Roldán, 2020, pp. 183-184).

Neste mesmo sentido, Maraña e Revert Roldán ressaltam que a falta de clareza acerca de indicadores ou proposta para se alcançar o Desenvolvimento Sustentável no âmbito da cultura não restringe a ação dos atores sociais na efetividade do cumprimento da Agenda 2030. A meta 11.4, portanto, deixa em aberto espaços para cada comunidade desenvolver a sua estratégia de desenvolvimento. Propõem, ainda, que a interpretação desta meta adeque os discursos relativos ao património aos conceitos de cidadania e justiça global.

Acerca da aplicabilidade prática da meta 11.4 para o desenvolvimento local, um relatório do Comité de Cultura da United Cities and Local Governments (UCLG)²¹ de 2018 apresenta os efeitos da proteção dos patrimónios materiais e imateriais no desenvolvimento sustentável das comunidades, mencionando exemplos de planeamentos locais em cidades como Regensburg (Alemanha), Cuenca (Equador), Yarra Ranges (Austrália), Pekalongan (Indonésia), Medellín (Colômbia), Gabrovo (Bulgária), Jeonju (Coreia do Sul), Timbuktu (Mali), Seferihisar (Turquia) e Ha Long (Vietname). O documento relata como foram desenvolvidas uma série de ferramentas e recomendações para a implementação do ODS 11.4 (UCLG, 2018).

²¹ O Comité de Cultura da UCLG apresenta uma série de iniciativas locais pela Agenda 21 para a cultura. A sua base de dados desenvolveu uma ferramenta com 280 boas práticas para o desenvolvimento sustentável pela cultura e pelas cidades. Mais informações estão disponíveis na página web <https://obs.agenda21culture.net/>.

Neste contexto, na próxima secção, procurar-se-á analisar o enquadramento de uma instituição de promoção da língua portuguesa no referido Objetivo do Desenvolvimento Sustentável e o seu possível contributo à Agenda 2030 no âmbito da cultura e Lusofonia.

5. Estudo de caso: O Museu da Língua Portuguesa

O Museu da Língua Portuguesa (MLP) é uma instituição cultural localizada em São Paulo (cidade com o maior número de falantes de língua portuguesa), inaugurada a 20 de março de 2006. Surgiu como parte dos esforços para a valorização do património cultural e linguístico do Brasil e dos demais países lusófonos e é dedicado à valorização e à difusão da língua portuguesa, abordando a sua história, evolução e diversidade. Criado através de uma iniciativa do Governo do Estado de São Paulo e entidades privadas, é atualmente gerido pela Organização Social IDBrasil Cultura, Educação e Esporte²².

Apesar de atuar desde 2006, o museu enfrentou uma interrupção das suas atividades entre o final de 2015 e 2021, devido a um incêndio de grandes proporções na sua sede, localizada no complexo Estação da Luz de comboios e metropolitano, em dezembro de 2015. O edifício, construído em 1867, não contava com aval de funcionamento dos bombeiros à altura do incidente. De acordo com a gestão da instituição, todo o acervo possuía cópia digital, o que reduziu as avarias a praticamente apenas o espaço físico sem danos ao seu conteúdo de exposição (Costa, 2015).

Referido brevemente na Declaração de Bissau (CPLP, 2006) no X aniversário da CPLP, o museu teve reconhecimento institucional mais relevante na sua reinauguração, em 2021, quando contou com a visita e declarações dos presidentes de Cabo Verde e Portugal e do ministro da cultura de Angola, além do governador do Estado de São Paulo e do prefeito da cidade (G1, 2021). No mesmo evento, o museu recebeu a Ordem de Camões, ordem honorífica concedida a serviços relevantes à salvaguarda e projeção da língua portuguesa.

²² A Organização Social IDBrasil Cultura, Educação e Esporte tem como missão a preservação, pesquisa e comunicação do património material e imaterial para o desenvolvimento humano e social. Dentre as suas atribuições está a gestão do Museu da Língua Portuguesa e do Museu do Futebol com recursos do Estado, bem como da captação de recursos privados (IDBrasil Cultura, Educação e Esporte, 2024).

5.1. O Plano Museológico do Museu da Língua Portuguesa e a sua estrutura

O Plano Museológico do MLP define os seus compromissos norteadores através da sua Missão, Visão e Valores. Nele é descrita a orientação ideológica seguida pela instituição, que se baseia na pesquisa, preservação e comunicação das dinâmicas da língua, com enfoque na sua dinamicidade dentro do espaço lusófono. No que diz respeito aos seus valores, são classificados quatro eixos sob os quais estão orientadas as suas ações: respeito à diferença, responsabilidade sociocultural, diálogo e território e paisagem cultural (Museu da Língua Portuguesa, 2019).

No que se refere à estrutura do museu, é descrito o funcionamento do seu Centro de Referência. Entende-se, em acordo com as diretrizes da Secretaria Estadual da Cultura de São Paulo, que o espaço museológico deve estar integrado às dinâmicas da comunidade onde está inserido, bem como funcionar como ponte de diálogo entre os pesquisadores do património da instituição e a população. É dada especial ênfase à importância de não se manter o conhecimento acerca do assunto restrito aos centros de pesquisa universitários. “O foco não é o de ser redundante ao que centros de pesquisa universitários já realizam, mas, atuar como um mediador entre a academia e o público, na divulgação de pesquisas e conteúdo (Museu da Língua Portuguesa, 2019, p.17).

Dentre os objetivos definidos pelo mesmo plano, está a consolidação de um lugar de memória do património imaterial da língua portuguesa, mobilizando e enriquecendo a cultura lusófona. O plano, no entanto, denota que o lugar de partida para a construção da sua proposta, está na observação da lusofonia através das lentes da língua no território brasileiro. Ainda que apresente a lusofonia como objetivo macro, faz menção ao que esta seria de acordo com as influências da língua primordialmente no Brasil.

“No plano das mutações sociais e na dinâmica dos deslocamentos humanos, atribuiu-se ao Museu da Língua Portuguesa, no contexto deste início de século marcado pela assimilação de refugiados de diferentes países, a tarefa de

territorializar e acolher os falantes de outras línguas, os estrangeiros vindos de outros mundos. A percepção da cultura brasileira passa pelo domínio do território, da língua e das distintas lógicas que ela encerra” (Museu da Língua Portuguesa, 2019, p. 7).

A percepção da língua portuguesa na cultura brasileira certamente não causa deméritos à sua atuação, contudo observar-se-á que a lusitanidade, neste caso, apresentará um ponto de observação específico. Possivelmente valorizará o desenvolvimento da cultura lusófona partilhada a partir de uma ótica específica da história brasileira, sem necessariamente observar as suas dinâmicas nos demais territórios lusófonos com a mesma atenção.

Na sua análise sobre o papel educativo do MLP, Mendes (2011) sublinha que a valorização da identidade cultural no museu está centrada prioritariamente na realidade brasileira. Para a autora, a visão simplificada da lusofonia contribuiu para a interpretação da existência de uma lusofonia homogênea fora da realidade linguística e cultural do Brasil, colocando o português brasileiro em uma posição de destaque.

Cabe ressaltar, ainda, que o Plano Museológico menciona a importância do conceito de territorialidade na construção da língua portuguesa que, ao passo que trata de um território vasto (o mundo lusófono), também reconhece a valorização dos diferentes espaços.

“O conceito de Língua Nossa corresponde a possibilidades e perspectivas referentes à compreensão das noções acerca da inserção individual e coletiva, propõe o entendimento sobre a valorização do espaço/lugar/território para o uso da língua e, ao mesmo tempo, sobre as suas respectivas relevâncias para a construção de paisagens culturais no Brasil e no mundo lusófono. Esse entendimento, por sua vez, faz emergir a importância das noções e práticas museológicas relativas às fronteiras, imigrações e migrações, diálogos, encontros e diásporas, assimilação e colonização, deslocamentos e conflitos, entre muitas outras que aproximam ou distanciam aqueles que usam a língua portuguesa em

seus contextos específicos ou em contraponto com aqueles que usam outras línguas, mas que compartilham o mesmo território e, de alguma forma, também participam da construção das paisagens culturais” (Museu da Língua Portuguesa, 2019, p. 11).

Na sua estrutura física, as exposições do museu apresentam-se distribuídas entre três pavimentos do edifício. O primeiro abriga exposições temporárias (de 3 a 6 meses) no espaço de 413,35 m², enquanto as exposições de longa duração estão instaladas nos demais pisos, ocupando uma área de 1667,1 m². As exposições de longa duração, comumente conhecidas como exposições permanentes, dividem-se em dois eixos principais:

- **Linguaviagem:** Este eixo está definido no Plano Museológico como aquele que aborda “as viagens e cruzamentos que formaram a língua portuguesa”. Através de textos descritivos e aparatos audiovisuais interativos, o visitante tem a oportunidade de entender a variedade de línguas presentes no mundo e como a língua portuguesa no Brasil recebeu diversas influências externas. Dentre as 7 instalações dessa secção, há uma referência à língua portuguesa nos demais países membros da CPLP.
- **O que pode essa língua:** Esta parte da exposição pretende apresentar a língua portuguesa do Brasil como o fruto e reflexo de diferentes grupos sociais e como a visão do idioma pode ser distinta para cada elemento ou estrato da sociedade. Nela são apresentadas amostras da língua na poesia, literatura e música.

O Plano, ainda, reforça a relevância da ação educativa da sua proposta museológica. Ressalta que não se pretende estar encerrado nas suas exposições e tem como objetivo promover ações educativas com a sociedade, conforme diretriz da Secretaria de Cultura. Prevê também estar em constante diálogo com aqueles que considera os agentes de transformação do património do museu, nomeadamente os seus falantes da língua no Brasil e demais países-membros da CPLP.

O MLP propõe-se a ser o primeiro museu dedicado a um idioma, tendo como diferencial em relação aos demais espaços museológicos, a valorização de um património imaterial, utilizando-se de recursos tecnológicos interativos para promoção e valorização da língua. Pela natureza imaterial do objeto de estudo do museu, o espaço utiliza-se de recursos digitais interativos, que combinam textos, vídeos, áudios com os quais o visitante pode navegar e explorar à sua maneira. De acordo com Martins (2015), em estudo sobre os média digitais e a Lusofonia, o MLP reflete a hibridez da contemporaneidade ao combinar símbolos virtuais e não virtuais na sua forma de comunicação com o público.

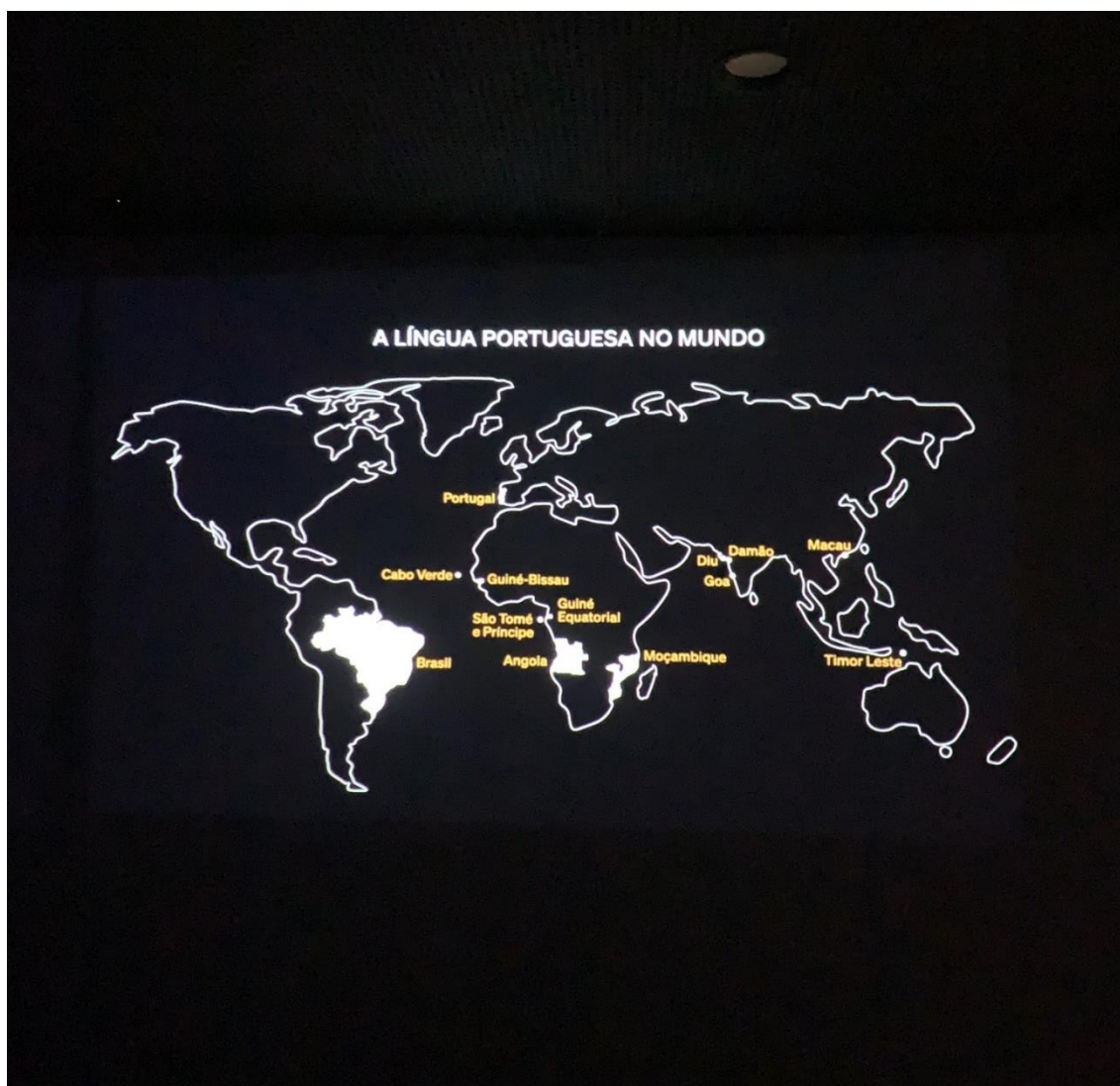
“Os média digitais significam (...) uma síntese tornada possível pela realidade técnica e que abre espaço para seres artificiais, mundos virtuais e experiências simulacrais, de que o Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo, é ainda uma magnífica ilustração” (Martins, 2015, p.32).

Mendes (2011) faz uma ressalva sobre o papel do museu através da relação do seu discurso institucional e “A Ordem do Discurso” de Foucault (2010). Para a autora, “no MLP, verifica-se certa tensão entre um dizer prescritivo, aliado à gramática normativa, e um dizer aliado à Sociolinguística variacionista, em torno do poder de dizer a língua” (Mendes, 2011, p. 4). Mendes desenvolve o seu argumento fazendo uma análise sobre o conceito de “vontade de verdade” e destaca que determinados tipos de discursos podem ser prevalentes quando são apoiados por um suporte institucional. No caso do MLP, reforça-se a oposição entre as funções prescritiva e descritiva dos estudos da língua e em que medida o museu se apresenta como uma ferramenta institucional em favor do discurso descritivo da língua.

Albuquerque (2022) ressalta que o Brasil, apesar de criar ações de promoção da língua portuguesa nas últimas décadas, dentre elas o CELPE-Bras (Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros), a UNILAB (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira), a SIPLE (Sociedade Internacional de Português Língua Estrangeira), a AULP (Associação das Universidades de Língua

Portuguesa) e o próprio Museu da Língua Portuguesa, fê-lo com impacto reduzido e de maneira não organizada e consoante as realidades dos demais países Lusófonos. Segundo o autor, não está definida uma estratégia da internacionalização da língua portuguesa de forma conjunta, enquanto o que se observa são iniciativas singulares, organizadas, sobretudo, por Portugal e Brasil. Questiona-se, portanto, se a efetividade da atuação do Museu da Língua Portuguesa para a promoção internacional da língua da comunidade lusófona para além da realidade brasileira.

Figura 2- Museu da Língua Portuguesa



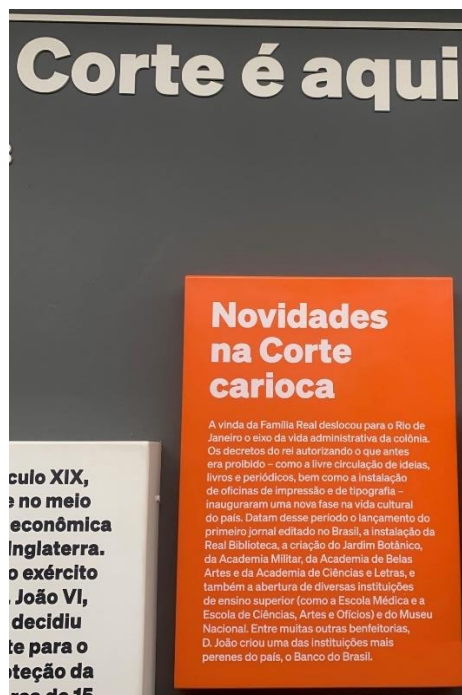
Fonte: acervo pessoal (2024)

Figura 3 - Museu da Língua Portuguesa



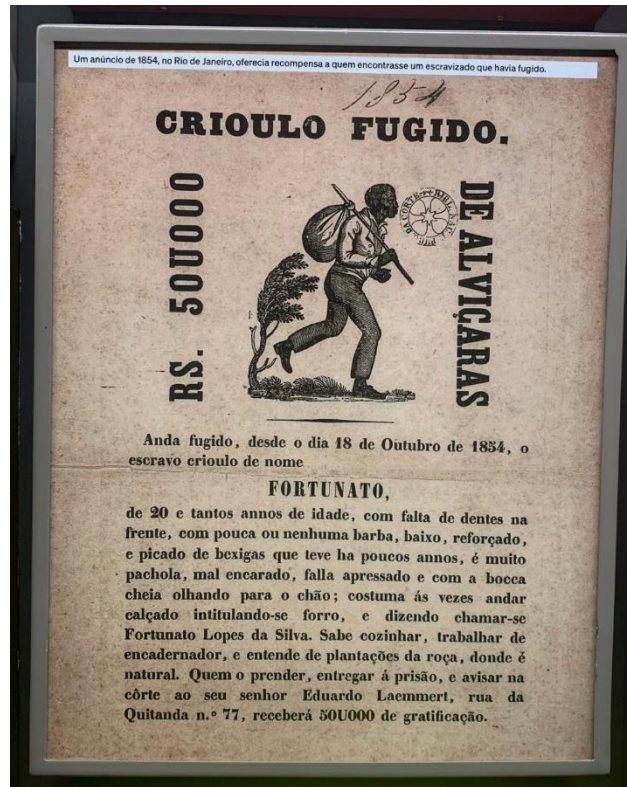
Fonte: acervo pessoal (2024)

Figura 4 - Museu da Língua Portuguesa



Fonte: acervo pessoal (2024)

Figura 5 - Museu da Língua Portuguesa



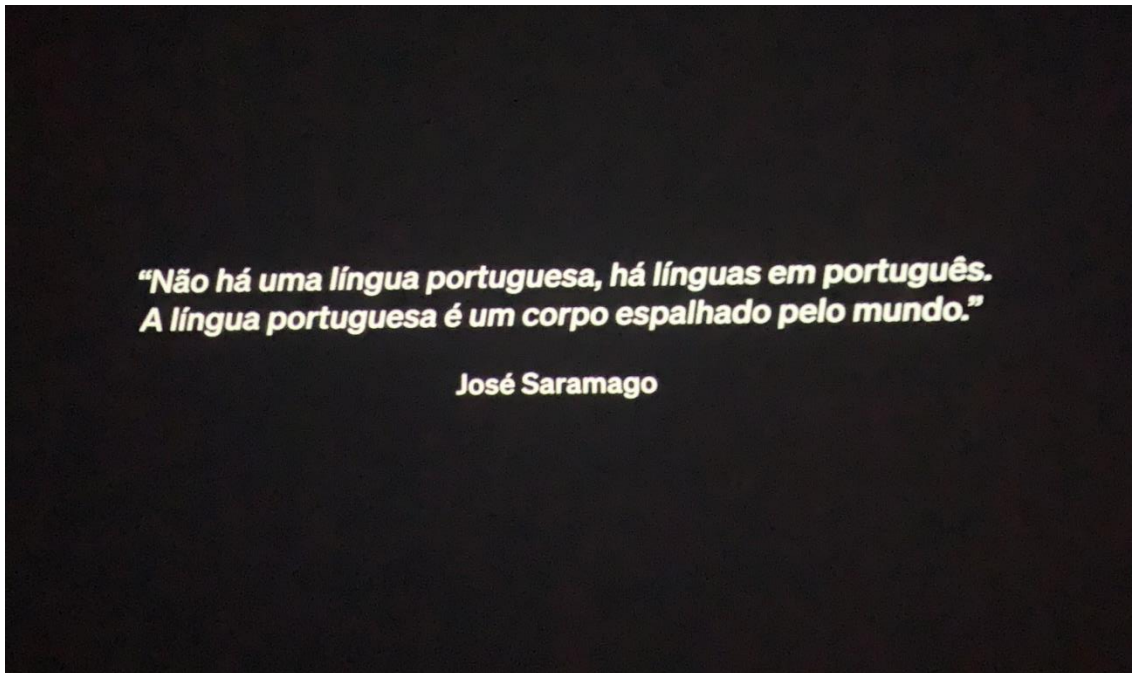
Fonte: acervo pessoal (2024)

Figura 6 - Museu da Língua Portuguesa



Fonte: acervo pessoal (2024)

Figura 7 - Museu da Língua Portuguesa



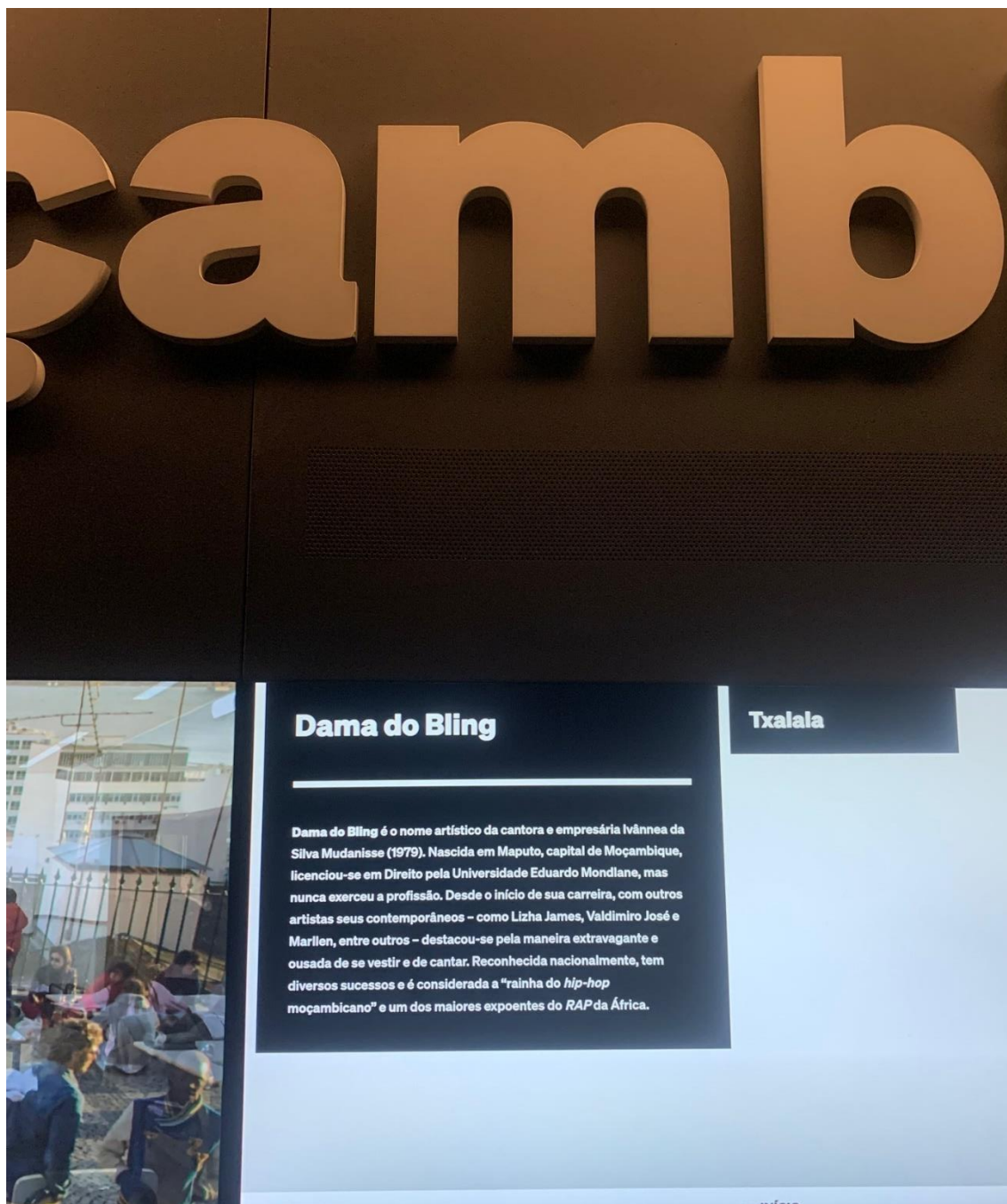
Fonte: acervo pessoal (2024)

Figura 8 - Museu da Língua Portuguesa



Fonte: acervo pessoal (2024)

Figura 9 - Museu da Língua Portuguesa



Fonte: acervo pessoal (2024)

Figura 10- Museu da Língua Portuguesa



Fonte: acervo pessoal (2024)

Figura 11- Museu da Língua Portuguesa



Fonte: acervo pessoal (2024)

Considerações Finais

Esta dissertação assumiu como objetivo principal analisar de que maneira a comunidade lusófona contribui institucionalmente para a manutenção de uma cultura partilhada no contexto da Agenda 2030. Para tal, buscou-se percorrer através dos três objetivos específicos delimitados no texto introdutório, nomeadamente a caracterização da Lusofonia através da sua construção histórica, a atuação institucional da CPLP como Organização Internacional de Cooperação para o Desenvolvimento e o contributo do Museu da Língua Portuguesa como dispositivo de promoção da língua portuguesa e da cultura lusófona no cenário do Desenvolvimento Sustentável.

A revisão de literatura do capítulo 1 permitiu definir os conceitos relacionados ao tema proposto, ou seja, criar um percurso pedagógico que permitisse a compreensão do estado atual da Lusofonia e a sua relevância como ferramenta de convergência dentro de uma comunidade de países cuja língua oficial ou predominante é o português. Para esse efeito, foram relacionadas as noções de Cultura e Desenvolvimento, de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e de Organizações Internacionais. A definição das referidas caracterizações permitiu ao leitor delinear um enfoque específico relativamente ao conteúdo desenvolvido nos capítulos seguintes.

A contextualização histórica e a contemporaneidade da Lusofonia descritas nos capítulos 3 e 4 mostraram-se pertinentes para entender a origem da intenção de se institucionalizar uma via de Cooperação entre os Estados-Membros da CPLP. Recorrendo-se ao conceito de Anderson (1991) a respeito da existência de uma unidade cultural, verificou-se que a consciência de pertencimento à uma comunidade imaginada Lusófona pode variar de acordo com o ponto de partida. De forma simplificada, pode-se depreender que a comunidade lusófona tem, ao menos, três núcleos principais na construção dos seus interesses internos. De um lado está Portugal, de onde se teria originado algum sentimento histórico de lusitanidade, de outro vê-se o Brasil, que tem a sua estrutura social fundamentada num reflexo da sociedade portuguesa e de onde pouco restou da sua cultura indígena na sua contemporaneidade filosófica e

burocrática, noutro vértice estão os PALOP que, apesar de formados por uma grande variedade de povos, convergem quanto ao ceticismo às influências ideológicas de Portugal e Brasil no campo da Cooperação.

O histórico alegadamente civilizatório deixou marcas ainda presentes na relação entre as comunidade lusófonas atualmente. Se por muitos anos, a ideologia luso-tropicalista esteve presente nas historiografias portuguesa e brasileira, por outro a realidade material do colonialismo criou uma hierarquização sobre os lugares de pertencimento nos países que hoje têm a língua portuguesa como idioma oficial, não apenas internamente nas suas próprias realidades, como também entre si enquanto uma pretensa comunidade internacional.

Relativamente à historiografia lusófona, a conclusão deste trabalho reforça a leitura de Henriques (2015, p. 15):

“A historiografia portuguesa anterior a 1974 caracterizou-se pela constância da recusa em dar qualquer autonomia à história dos colonizados (...) nunca como agentes e detentores de uma história própria. A escrita portuguesa da história não pôde/não quis reconhecer a existência histórica dos outros povos como sociedades organizadas e complexas, portadoras de culturas seculares. (...) A escrita da história portuguesa ficou amarrada aos mitos da ideologia colonial e ao elogio dos factos heróicos dos portugueses, não esquecendo o seu papel fundamental na tarefa considerável de ‘civilizar’ os Outros”.

No mesmo sentido, Severo (2016) entende a Lusofonia como uma expressão da Globalização, os quais são compreendidos como signos políticos que pressupõem desigualdades, no entanto conclui que mobiliza elementos efetivamente interligados, a despeito da sua construção histórica. A sua leitura acerca do assunto, considera que se faz fundamental a revisão das perspetivas da comunidade para a sua efetiva unificação em torno do entendimento de uma coletividade.

“A lusofonia se referiu, e se refere, a certos modos epistêmicos e culturais de representação do mundo colonizado por Portugal, que ainda ecoam contemporaneamente, como a ideia de que o compartilhamento da língua portuguesa definiria uma comunidade global. Diante do exposto, consideramos primordial uma releitura histórica e detalhada da lusofonia – a partir da perspectiva dos povos ex-colonizados – a fim de se compreender as ressonâncias coloniais ainda existentes em projetos com pretensões globais contemporâneas” (Severo, 2016, p. 1331).

No intuito de se relacionar o Museu da Língua Portuguesa à realidade contemporânea da promoção da língua e da lusofonia, a interpretação dos valores da instituição mostrou que o seu enfoque principal traduz mais uma visão da promoção dos valores culturais brasileiros do que a diversidade existente na comunidade lusófona. Apesar de o museu fazer menções à existência de outros aspetos culturais onde estão envolvidos os falantes da língua fora do Brasil, o seu conteúdo é maioritariamente autorreferente. Não se põe em causa a relevância da instituição para as variedades linguísticas e a construção da língua portuguesa do Brasil, contudo há um ponto de atenção sobre as suas intenções como uma ferramenta de promoção da língua portuguesa numa escala global em que pouco é observada a multiplicidade de povos que vivenciam a lusofonia fora do país.

No mesmo sentido, não se pode inferir se a atuação prática do Museu da Língua Portuguesa atua consoante os objetivos de Cooperação da CPLP e o ODS 11.4. Apesar de haver reforços institucionais à relevância do museu na Organização lusófona, a análise não permite ter elementos conclusivos acerca do contributo à Agenda 2030 do ponto de vista de uma unidade lusófona. Pode-se interpretar que o museu de facto promove a língua portuguesa, no entanto é preciso haver cautela ao interpretar se a vontade da realidade brasileira condiz com o coletivo da realidade lusófona.

Quanto às limitações do estudo, observou-se que, apesar de existir um corpo documental significativo acerca dos assuntos abordados, pouco se pôde encontrar na produção académica dos PALOP. Não se pode concluir se a dificuldade na pesquisa

bibliográfica deve-se ao volume efetivo produzido nos países constituintes desse bloco ou às limitações do pesquisador a fontes eletrônicas para a elaboração da dissertação. Da mesma forma, abre-se um questionamento a respeito da relevância do tema fora das academias brasileira e portuguesa. Igualmente é possível questionar-se no que concerne à própria significância da produção acadêmica entre os países lusófonos, isto é, se a pertinência da academia tem o mesmo relevo para a abordagem do assunto.

Referências Bibliográficas

- Aguiar-Conraria, et al. (2023). Recessões do período 1939–1945: o ciclo agrícola numa economia de guerra. *Crises na Economia Portuguesa: de 1910 a 2022*. pp. 131-146. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Albuquerque, Davi (2022). A internacionalização da língua portuguesa. O que é? Por quê? Para quem? Como? *Revista de Estudos de Português Língua Internacional*. Vol. 2, N. 2. pp. 31-52. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/repli/article/view/63810>. Acesso a 07.07.2024
- Arcos, Igor Serejo Vale e Amorim, Ana Paula Leitão (2023). Discutindo Eficácia para Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. *Revista Eletrônica da Estácio Recife, Edição Especial de Relações Internacionais*. v. 9, n. 3, pp. 67-86. Disponível em <https://reer.emnuvens.com.br/reer/article/view/731/395>. Acesso a 14.07.2024.
- Azi, Iris Célia (2009). *Cooperação Internacional para o Desenvolvimento: Aspectos Gerais da Teoria e a Experiência do Programa Ribeira Azul*. [Dissertação de Mestrado. UNIFACS - Universidade Salvador]
- Banze, Vasco (2022). Do Pan-Africanismo à integração regional: análise de determinantes históricos, políticos e económicos rumo à industrialização da SADC. *Revista Estudos Organizacionais*. Vol. 3. Maputo.
- Bastos, Neusa (2022). Lusofonia: uma questão de pertencimento histórico-social-político-cultural. *Caderno Seminal*, v. 42 pp. 19-54. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/cadernoseminal/article/view/65065/42793>. Acesso a 08.05.2024.
- Bayardo, Rubens (2007). Cultura y desarrollo: ¿Nuevos rumbos y más de lo mismo? In: Nussbaume, Gisele Marchiori (org). *Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares*. Bahia: EDUFBA, 2007. p.67-94.
- Bembe, Miguel Domingos (2016). A Política Externa Angolana: Doutrina e Prática. *Mulemba*. v. 6 n. 11. Online. Disponível em <https://journals.openedition.org/mulemba/1281>. Acesso a 10.04.2024.
- Bondoso, António (2013). *Lusofonia e CPLP: Desafios na Globalização. «Ângulos e Vértices» ou «Defeitos & Virtudes» de um Processo*. Viseu: Edições Esgotadas.
- Braga de Macedo, Jorge (1980). Portugal, África e Política Externa Americana. *Nação e Defesa*. Ano V. nº 14, pp. 13-32.
- Burity, Joanildo (2007). Cultura e desenvolvimento. In: Nussbaume, Gisele Marchiori (org). *Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares*. Bahia: EDUFBA, 2007. p.51-65.
- Cahen, Michel (2015). 1996-2016 – A CPLP, Uma organização para quê? *Portuguese Studies Review, Exploring the Crossroads and Perspectives of Lusophone Studies*. Vol 23. nº 1, pp.67-96. Online. Disponível em <https://shs.hal.science/halshs-02470548/document>. Acesso a 18.06.2024.
- Cano, Wilson (2005). Getúlio Vargas e a formação e integração no mercado nacional. *Anais do XI Encontro Nacional da ANPUR - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.

- Capossa, Romão (2023). Algumas consequências da Conferência de Berlim (1884-1885) para a atual África. *Identidade!*, 7 (2005 jan-jun), 10-18. Recuperado de https://revistas.est.edu.br/periodicos_novo/index.php/Identidade/article/view/2286.
- Costa, Alexandre (2015). Museu da Língua Portuguesa será reconstruído, acervo que ardeu era digital. *Expresso*. Disponível em <https://expresso.pt/cultura/2015-12-22-Museu-da-Lingua-Portuguesa-sera-reconstruido-acervo-que-ardeu-era-digital>. Acesso a 05.07.2024.
- CPLP (1998). Acordo Geral de Cooperação no âmbito da CPLP. *II Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP*. Disponível em https://cplp.org/Admin/Public/DWSDownload.aspx?File=%2fFiles%2fFiler%2fcplp%2fcooperacao%2fResolucoes%2f1998-II-CCEG_AGC.pdf. Acesso a 08.06.2024.
- CPLP (2006). Declaração de Bissau. *VI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de língua portuguesa*. Disponível em https://www.cplp.org/Admin/Public/Download.aspx?file=Files%2FFiler%2Fcplp%2FCCEG%2FVI_CCEG%2FECLARA%EF%BF%BD%EF%BF%BDO_DE_BISSAU.pdf. Acesso a 05.07.2024.
- CPLP (2008). O Conceito de Lusofonia e a cooperação na promoção e difusão da língua portuguesa. *Encontros de Lusofonia em Torres Novas*. Disponível em: https://www.cplp.org/Files/Filer/cplp/Domingos_Simoes_Pereira/Discursos_DSP/SE_TN_OVAS_13NOV08.pdf. Acesso a 05.11.2023.
- CPLP (2014). Resolução sobre o Plano de Ação de Lisboa. *XII Reunião Extraordinária Do Conselho De Ministros Da Comunidade Dos Países De língua portuguesa*. Disponível em: https://www.cplp.org/Files/Billeder/cplp/1-Resol_PALis.pdf. Acesso a 08.05.2024.
- CPLP (2016). Declaração de Brasília. *XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de língua portuguesa*. Disponível em https://www.cplp.org/Admin/Public/DWSDownload.aspx?File=%2fFiles%2fFiler%2f1_CPLP%2fXI-CCEG%2f2016-XI-CCEG-CPLP.pdf. Acesso a 11.07.2024.
- CPLP (2021). Manual da Cooperação da CPLP. Disponível em https://www.cplp.org/Admin/Public/Download.aspx?file=Files%2FFiler%2F1_CPLP%2FCooperacao%2F2021%2F1_Manual-Cooperacao__APROVADO.pdf. Acesso a 14.12.2023.
- Decreto legislativo nº 59/1954 de 25 de outubro da Câmara dos Deputados. *Diário Oficial da União*. Seção 1 - 4/11/1954, Página 17761. Acesso a 25.03.2024. Disponível em www2.camara.leg.br.
- Djanté, Mamudo (2019). *Cooperação Bilateral Brasil/Guiné-Bissau: Uma análise no âmbito da cooperação Sul-Sul (1974-2016)*. [Dissertação de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro].
- Faria, Raquel (2015). *As convenções de Yaoundé e de Lomé como primeiros acordos de cooperação entre os continentes europeu e africano*. Instituto Superior de Economia e Gestão. CEsa - Documentos de Trabalho nº 133/ 2015. Lisboa.
- Fernandes, Mário Assis Ferreira (2006). A vitalidade da Lusofonia. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*. Vol. 6, nr. 1, pp. 119-123. Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto.
- Ferreira, Wallace (2013). Revisitando a África na Política Externa Brasileira: distanciamentos e aproximações da “Independência” à “década de 1980”. *Universitas Relações Internacionais*. v. 11, n. 1, p. 57-71. Brasília.

- Fiorin (2009). A construção da identidade nacional brasileira. *Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso*. v. 1, n. 1, pp. 115-126. São Paulo.
- Fonseca, Carmen (2011). Brasil, in Freire, Raquel, (coord.) *Política Externa: As Relações Internacionais em Mudança*. Imprensa da Universidade de Coimbra. pp. 97-124.
- Freixo, Adriano (2018). A crise do último império: a Guerra Fria e as décadas finais do colonialismo português (1945-1975). *Diálogos*. v.22, n.1, (2018), 126-138. Maringá: EDUEM.
- G1 (2021). *Museu da Língua Portuguesa é reinaugurado após quase seis anos fechado em reforma por causa de incêndio*. Disponível em <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/07/31/museu-da-lingua-portuguesa-e-reinaugurado-apos-quase-seis-anos-fechado-em-reforma-por-causa-de-incendio.ghtml>. Acesso a 05.07.2024.
- Gomes, Angela de Castro e Ferreira, Jorge (2018). Brasil, 1945-1964: uma democracia representativa em consolidação. *Locus: revista de história*. v. 24, n. 2, pp. 251-275. Juiz de Fora.
- Guillen, Antonio (2007). *A Descolonização da África e o Luso-Tropicalismo: Repercussões no Brasil e em Portugal*. Goiânia: UFG.
- Henriques, Francisco (2023). Portugal na Segunda Guerra Mundial: neutralidade e comércio estratégico de conservas de peixe, 1939-1945. *Ler História*. v. 82. pp. 239-261. Instituto Universitário de Lisboa.
- Henriques, Isabel (2015). Colonialismo e História. *CEsA Working Papers 132*. Centro de Estudos Sobre África, Ásia e América Latina. UTL: Lisboa.
- Herz, Monica and Ribeiro-Hoffmann, Andrea (2004). *Organizações internacionais: história e práticas*. Campus/Elsevier: Rio de Janeiro.
- Ialá, Manuel (2023). Processo de descolonização nos PALOP: Análise dos condicionantes internos e externos da luta de libertação na Guiné-Bissau. *SANKOFA: Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana*. n. XVII, pp. 86-106. Universidade de São Paulo.
- IDBrasil Cultura, Educação e Esporte (2024). *Quem Somos*. Disponível em <https://www.idbr.org.br/quem-somos/>. Acesso a 05.08.2024.
- Jerónimo, Patrícia (2018). A Comunidade dos Países de língua portuguesa, hoje: Fará sentido tratá-la como uma organização de direitos humanos? AAVV, *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Wladimir Brito*. Universidade do Minho: Braga.
- Jin, Guo Ping. (2003). Lusofonia: História e Realidade, *Administração*, n.º61, vol. XVI, 2003-3.º, pp. 1057-1075.
- Kent, John (2011). Descolonização e Guerra Fria: a ONU, os Estados Unidos e a crise do Congo (1960-1963). *Relações Internacionais*. v. 30 pp. 39-59.
- Langa, Ercilio (2021). Diplomacia e Política Externa em Moçambique: O Primeiro Governo Pós-Independência - Samora Machel (1975-1986). *Revista Brasileira de Estudos Africanos*. v. 6, n. 11, Jan./Jun. 2021 p. 11-32. Porto Alegre.
- Lobo-Fernandes, Luís (2005). Soft power: O jogo de atracção cultural e as vantagens da cooperação. *RI: Relações Internacionais*, 6, 169–172.

- Loiola, Elizabete; Miguez, Paulo (2007). Sobre cultura e desenvolvimento. *Anais do Terceiro Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*. UFBA: Salvador.
- Luderer, Cynthia (2021). A Agenda 2030 e suas potencialidades para a cultura. *Políticas culturais municipais: análise de documentos estruturantes em torno da cultura*, pp. 193-206. CECS: Braga, Portugal: CECS, 2021.
- Madeira, Ana Isabel (2011). Histórias cruzadas: identidades, fronteiras e ficções da lusofonia, *Revista Índice*, vol. 03, n.01, pp. 74-97.
- Maraña, Maider e Revert Roldán, Ximo (2020) Patrimonio Cultural y Desarrollo: una mirada a la Agenda 2030 y el rol del patrimonio. *Periférica Internacional. Revista para el análisis de la cultura y el territorio*, Vol. 21, Universidade de Cádiz, pp. 180 - 195. Disponível em <https://revistas.uca.es/index.php/periferica/article/view/7026>. Acesso a 12.07.2024
- Martins, Bruno. Cardina, Miguel (2019). Dossier 301: As Feridas Abertas da Guerra Colonial - Da guerra colonial às independências africanas. *Esquerda*. Disponível em <https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/89040/1/Da%20guerra%20colonial%20as%20independencias%20africanas.pdf>. Acesso a 28.02.2024.
- Martins, Moisés de Lemos (2004). *Lusofonia e Luso-tropicalismo. Equívocos e possibilidades de dois conceitos hiper-identitários*. Universidade do Minho: Braga.
- Martins, Moisés de Lemos (2015). *Média Digitais e Lusofonia*. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. Universidade do Minho: Braga.
- MEC Brasil, Ministério da Educação do Brasil. *Comunidade dos Países de língua portuguesa - CPLP*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/encceja-2/480-gabinete-do-ministro-1578890832/assessoria-internacional-1377578466/20743-comunidade-dos-paises-de-lingua-portuguesacplp#:~:text=A%20Comunidade%20dos%20Pa%C3%ADses%20de,Pr%C3%ADncipe%20e%20Timor%2DLeste>). Acesso a 26.11.2023.
- Mello e Souza, André (2014) *Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento*. Brasília: IPEA.
- Mendes, Heloísa (2011). O Museu da Língua Portuguesa como um Sistema de Educação. *Anais do SILEL*. Vol. 2, nº. 2. EDUFU: Uberlândia.
- Muntaser, Lara Denise (2019). *O poder da comunicação durante o Regime Militar Brasileiro: Uma análise crítica*. Universidade Federal de Uberlândia.
- Museu da Língua Portuguesa (2019). *Plano Museológico*. Disponível em https://www.museudalinguaportuguesa.org.br/wp-content/uploads/2021/09/Plano_Museologico_ago2019.pdf. Acesso a 06.07.2024
- Nascimento, Augusto (2010). São Tomé e Príncipe na idade adulta: a governação e o descaso da rua. *Revista Tempo do Mundo*. V. 2 n. 3 dez. 2010 (Online). Disponível em https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/rtm/111024_rtm_portugues03_cap2.pdf. Acesso a 30.03.2024.
- Pino, Bruno Ayllón (2013). *A Cooperação Triangular e as Transformações da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento* Brasília: IPEA.
- Pinto Arena, Maria do Céu de Pinho Ferreira (2023). *Organizações políticas internacionais: os desafios da cooperação internacional: Breve estudo sobre dez organizações internacionais*. UMinho Editora: Braga.

- Ribeiro, Joaquim (1999). O nacionalismo do governo Vargas entre 1930 e 1945 e a questão das colônias alemãs. *DIA-LOGOS Revista dos Alunos de Pós Graduação em História*. Edição Especial, pp. 25-33). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Rodrigues, Ítalo. História, identidade e cooperação: a África na comunidade de países de língua portuguesa. *Revista Calea* n. 8, dez. 2019. pp. 103-115. Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus.
- Santos, José Francisco (2021). Brasil e África após Segunda Guerra Mundial até seu estreitamento com Angola em 1975. *Anais do 31º Simpósio Nacional de História*. ANPUH: Rio de Janeiro
- Sato, Eiiti (2020). Política externa do Brasil desde a redemocratização: evolução, mudanças e perspectivas futuras. *Intelligere, Revista de História Intelectual*. nº10, pp. 70-90. 2020. Disponível em <http://revistas.usp.br/revistaintelligere>. Acesso a 12.06.2024.
- Sato, Eiiti (2003). Conflito e cooperação nas relações internacionais: as organizações internacionais no século XXI. *Revista Brasileira de Política Internacional*. v. 46, n. 2, p. 161-176. Brasília.
- Severo, Cristine Gorski (2016). Lusofonia, Colonialismo e Globalização. *Fórum Linguístico*, v. 13, n. 3. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2016v13n3p1321>. Acesso a: 15.06.2024.
- Sousa Galito, Maria (2012). Conceito de Lusofonia. *CI-CPRI*, Artigo de Investigação nº 18, pp. 1-21.
- Silva, Mónica Santos (2020). *ABC dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Redes para o Desenvolvimento: Online. Disponível em <https://rumoa2030.pt/wp-content/uploads/2021/03/ABC-ODS.pdf>. Acesso a 11.07.2024.
- Simon, Silvana Aline Soares (2011). De Bretton Woods ao Plano Marshall: A política externa norte-americana em relação à Europa (1944 a 1952). *Revista Relações Internacionais no Mundo Atual*. v. 1, n. 09 (2010). Curitiba.
- Sparemberger, Alfeu (2011). A reafirmação dos espíritos na obra de Amílcar Cabral: sobre um depoimento de Mário Pinto de Andrade. *Revista África e Africanidades*. Ano II, n. 12 (Online).
- Seibert, Gerhard (2016). São Tomé and Príncipe 1975-2015: politics and economy in a former plantation colony. *Estudos Ibero-Americanos*. v. 42, n. 3, p. 987-1012, set.-dez. 2016. Porto Alegre.
- Teixeira, Nuno Severiano (1993). Portugal na fundação do Pacto do Atlântico. *Análise Social - Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*. XXVIII, 1993 (1.º) pp.55-80. Lisboa.
- Teixeira, Nuno Severiano (2011). Portugal, in Freire, Raquel, (coord.) *Política Externa: As Relações Internacionais em Mudança*. Imprensa da Universidade de Coimbra. pp. 279-286.
- UCLG (2018). *SDG 11.4 Culture and Heritage for more sustainable, inclusive and open cities and societies*. High-level Political Forum 2018 on Sustainable Development. UN-DESA: New York.
- UN-DESA (2015). *The 17 goals*. Disponível em <https://sdgs.un.org/goals>. Acesso a 10.07.2024.

- Vieira, Adelina (2012). *Política Externa Contemporânea de Cabo Verde: a aposta na política externa como motor de desenvolvimento*. [Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. Universidade da Beira Interior]
- Vilarinho, Ricardo Francisco Nogueira (2022). Lusofonia Entrelaçada: Disciplina, Língua, História e Política, *Verbum*, v. 11, n.1, p.99-111.
- Visentini, Paulo (2008). Independência, marginalização e reafirmação da África (1957-2007). In: Macedo, Jr., org. *Desvendando a história da África*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. Diversidades series, pp. 123-137.